

AUTORIZAÇÃO PARA LICITAR: N.º 1325/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO: N.º 01-144.959/2024

PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 003/2024

A Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S/A – CNPJ nº 76.493.899/0001-93 comunica aos interessados, que realizará **PREGÃO ELETRÔNICO PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO**, cujo Edital de embasamento assim se resume:

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

REGÊNCIA: Lei Federal Nº. 13.303/2016 (Estatuto das Estatais) Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A. (RILC), disponível para consulta dos interessados no site: www.curitibasa.com.br, Lei Federal nº. 14.133/2021 (limitada às hipóteses descritas em seu art. 189), Lei Complementar nº. 123/2006, Decretos Municipais nº.s 962/2016, 388/2023, 804/2023 e suas alterações e legislação correlata, no que couber.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de serviço de plano ou seguro saúde, através de pessoa jurídica de direito privado, que opere Plano ou Seguro Privado de Assistência à Saúde, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e com cobertura em todo o território nacional, englobando os segmentos ambulatorial, hospitalar e obstetrícia, com as exigências mínimas estabelecidas nos incisos I, II, III, V, VI e VII do artigo 12 da Lei nº 9.656/98, com as coberturas obrigatórias asseguradas por lei e por normas complementares da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS/MS), para execução, de forma indireta e contínua, de serviço de assistência médica complementar aos colaboradores e respectivos dependentes da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S.A, mediante as condições estabelecidas neste EDITAL e seus anexos, bem como outras especificações contidas no formulário proposta eletrônica e anexos, partes integrante deste Edital, à disposição no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

PROPOSTAS: Serão recebidas, exclusivamente, através da Internet no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), a partir da publicação do Edital até as 15h00min do dia 09 de AGOSTO de 2024. Não serão aceitas propostas encaminhadas fora do horário determinado nem através de outro meio que não seja o Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba.

LANCES: Os lances serão recebidos, exclusivamente, através do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba, no dia 09 de AGOSTO de 2024 das 15h05min às 15h30min.

EDITAL: Os interessados poderão efetuar o download do Edital de Embasamento no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

Curitiba, 11 de Julho de 2024.

DAVIDSON JOSÉ MOULEPES
Matrícula n.º 81.599 – CURITIBA S.A
PREGOEIRO

1. INTRODUÇÃO

1.1. A Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S/A, CNPJ nº 76.493.899/0001-93, torna público, que através do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 001/2024 – CURITIBA S/A, através do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), estará procedendo processo licitatório na modalidade **PREGÃO**, utilizando-se de recursos da tecnologia de informações, ou seja, o **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **menor preço**, para aquisição do objeto especificado no item 3.1, conforme Autorização para Licitar nº. 1325/2024, em face ao contido no Processo Administrativo nº 01-144.959/2024 e conforme Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A - RILC, instituído em atendimento a Lei Federal Nº. 13.303/2016 e disponível para consulta em: www.curitibasa.com.br, Leis Complementares Nº.s 123/2006, 147/2014 e 155/2016, Decretos Municipais Nº.s 962/2016, 388/2023, 804/2023 e suas alterações e legislação correlata, no que couber, **a contratação de serviço de plano ou seguro saúde, através de pessoa jurídica de direito privado, que opere Plano ou Seguro Privado de Assistência à Saúde, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e com cobertura em todo o território nacional, englobando os segmentos ambulatorial, hospitalar e obstetrícia, com as exigências mínimas estabelecidas nos incisos I, II, III, V, VI e VII do artigo 12 da Lei nº 9.656/98, com as coberturas obrigatórias asseguradas por lei e por normas complementares da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS/MS), para execução, de forma indireta e contínua, de serviço de assistência médica complementar aos colaboradores e respectivos dependentes da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S.A, mediante as condições estabelecidas neste EDITAL e seus anexos, bem como outras especificações contidas no formulário proposta eletrônica e anexos, partes integrante deste Edital, à disposição no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).**

1.2. **Em cumprimento ao contido no artigo 20 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., foi dado sigilo ao valor estimado da contratação.**

1.3. As despesas decorrentes da aquisição do objeto especificado no item 3.1, decorrem de recursos financeiros próprios da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S/A.

1.4. Em atenção aos incisos I e II do Art. 16 da lei Complementar nº 101/00, a despesa em questão está em harmonia ao disposto no PPA, na LDO e LOA vigente deste Órgão. Ainda, em atenção ao Art. 42 da LRF, foi observada a existência de caixa para pagamento e há disponibilidade financeira que evidencia a suficiência de recursos, para garantia de compromissos contratados pela presente licitação.

1.5. Em atendimento ao Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., foram designados como Gestor e Suplente da contratação originada deste presente Pregão Eletrônico, os seguintes colaboradores:

- **GESTOR: Adriane Orchel – Matrícula 81.598**
- **SUPLENTE: Lilian Cardoso – Matrícula 81.613**

2 - INDICAÇÃO DO PREGOEIRO E DA EQUIPE DE APOIO

2.1. O Pregoeiro responsável pelo presente Pregão Eletrônico será **DAVIDSON JOSÉ MOULEPES** designado através da Portaria nº 001/2024 – CURITIBA S/A.

2.2. A Equipe de Apoio designado através da Portaria nº 001/2024 – CURITIBA S/A, para este Pregão Eletrônico será formada por:

- **LILIAN CARDOSO - Matrícula n.º 81.613**
- **MARCUS VINÍCIUS DOS SANTOS - Matrícula n.º 80.964**

2.3. Na ausência do Pregoeiro responsável, o presente pregão poderá ser conduzido e julgado por um dos Pregoeiros que fazem parte da equipe de apoio ou ainda, na impossibilidade, por outro indicado pela autoridade competente.

2.4. O julgamento da licitação dar-se-á pelo Pregoeiro com base nas condições previstas em edital, entretanto quando houver necessidade de análise técnica, a área solicitante ficará responsável por esta análise.

2.5. Ao Pregoeiro não será atribuída responsabilidade pela definição do objeto, demais condições para a licitação, bem como da análise técnica, sendo o julgamento vinculado à manifestação da área solicitante.

3 - OBJETO

3.1. Para fins deste Pregão Eletrônico, o objeto se constitui na **contratação de serviço de plano ou seguro saúde, através de pessoa jurídica de direito privado, que opere Plano ou Seguro Privado de Assistência à Saúde, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e com cobertura em todo o território nacional, englobando os segmentos ambulatorial, hospitalar e obstetrícia, com as exigências mínimas estabelecidas nos incisos I, II, III, V, VI e VII do artigo 12 da Lei nº 9.656/98, com as coberturas obrigatórias asseguradas por lei e por normas complementares da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS/MS), para execução, de forma indireta e contínua, de serviço de assistência médica complementar aos colaboradores e respectivos dependentes da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S.A, mediante as condições estabelecidas neste EDITAL e seus anexos, bem como outras especificações contidas no formulário proposta eletrônica e anexos, partes integrante deste Edital, à disposição no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).**

3.1.1. O objeto desta licitação é uno e indivisível e será adjudicado a apenas uma licitante.

3.1.2. Os serviços descritos no item 3.1 deverão atender ao disposto na Lei 9.656 de 1998 e às coberturas e regulações estabelecidas nas Resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS mais atualizadas e as que se sucederem.

3.1.3. Estima-se o quantitativo de **53 (cinquenta e três) possíveis vidas na qualidade de titulares e dependentes**.

3.2. O formulário-proposta eletrônico está disponível no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba na forma de Lista de Itens do Processo, onde estão descritas as seguintes informações para cada item: número do item, especificações, quantidade, unidade de compra, valor de referência, prazo de entrega, local de entrega, grupo e subgrupo e histórico de preço.

3.3. Conforme o artigo 31 da Lei Federal no 8.078/90 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, a oferta e a apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, preço, garantia prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

3.4. Os itens cotados deverão estar de acordo e em conformidade com as condições, exigências e especificações descritas neste Edital, e no formulário-proposta eletrônico bem como, os Boletins de Esclarecimentos e Comunicados publicados, os quais fazem parte integrante e inseparável deste processo, como se nele estivessem integralmente reproduzidos.

3.4.1. A(s) proposta(s) apresentada(s) pela(s) licitante(s) deverá(ão) atender integralmente as especificações descrita(s) para o(s) item(ns), além das condições e exigências definidas no edital e seu(s) anexo(s).

4 – ESCLARECIMENTOS, COMUNICADOS E IMPUGNAÇÃO

4.1. **Boletins de esclarecimentos** – Para suprir todas as dúvidas e disponibilizar informações solicitadas pelas empresas interessadas, o Pregoeiro emitirá um boletim de esclarecimento, que será divulgado no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba.

4.2. **Comunicados** – Qualquer comunicado referente a este certame será emitido pelo Pregoeiro e divulgado no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba.

4.3. É de responsabilidade única e exclusiva das empresas interessadas o acompanhamento da divulgação dos boletins de esclarecimentos e comunicados emitidos pelo Pregoeiro no Portal de Compras da Prefeitura Municipal da Curitiba. Não serão aceitas reclamações baseadas no desconhecimento do teor desses documentos.

4.4. As dúvidas, pedidos de informações ou de esclarecimentos sobre o Edital deverão ser dirimidos **somente** pelo Pregoeiro e equipe de apoio designados para atuar neste processo, mediante solicitação **por escrito**, encaminhadas até **05 (cinco) dias úteis anteriores** à data fixada para o recebimento das propostas pelo sistema e-Compras Curitiba.

a) As solicitações previstas no item 4.4 poderão ser encaminhadas aos seguintes endereços eletrônicos:

- ❖ dmoulepes@curitiba.pr.gov.br
- ❖ licardoso@curitiba.pr.gov.br
- ❖ marcussantos@curitiba.pr.gov.br

b) As solicitações feitas fora do prazo previsto no item 4.4 não serão respondidas.

c) O presente edital e as demais informações correlatas estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br>.

4.5. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por funcionários da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S/A, não serão considerados nem aceitos como argumentos para reclamações, impugnações ou reivindicações por parte das proponentes.

4.6. Quando da solicitação de esclarecimentos em relação ao presente edital, deverão ser observadas as disposições do Artigo 40 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A.

4.7. Eventuais impugnações sobre os termos do presente Edital deverão ser formuladas dentro do prazo estabelecido no artigo 39 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A. Após o prazo estabelecido, não serão mais consideradas.

4.8. As pessoas físicas e jurídicas cadastradas ou não no sistema de contratações eletrônicas, que estejam participando ou não de processo eletrônico, assim como o cidadão não licitante, poderão impugnar o presente Edital também através de manifestação protocolada junto a CURITIBA S.A. ou encaminhada por meio do e-mail: dmoulepes@curitibasa.com.br em nome do Pregoeiro designado para o presente processo licitatório.

4.8.1. Todas as impugnações recebidas através dos meios indicados no item 4.8 do Edital, serão devidamente analisadas pelo Pregoeiro.

5 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Somente poderão participar da presente Licitação, empresas regularmente estabelecidas no país, cuja finalidade e ramo de atuação principal estejam ligados ao objeto do presente Pregão Eletrônico, que satisfaçam integralmente as condições deste Edital e que estejam cadastrados no e-compras Curitiba, bem como microempresas e empresas de pequeno porte, conforme Lei Complementar n.º 123/2006.

5.1.1. Para participação neste Pregão, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte interessadas deverão estar cadastradas nesta qualidade no Sistema Eletrônico do Município de Curitiba, nos termos dos Decretos Municipais N.ºs 962/2016, 387/2023, 388/2023 e 804/2023 e legislação correlata, com toda documentação exigida dentro de seu prazo de validade, sob pena de inabilitação.

5.2. Não poderão participar da presente licitação interessados enquadrados nas situações de impedimento ou vedação especificadas junto aos artigos 14 e 15 do RILC.

5.3. A participação neste Pregão Eletrônico importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

5.4. Se no dia previsto para o recebimento das propostas ou recebimento dos lances, não houver expediente na CURITIBA S.A., o processo será suspenso e o(a) Pregoeiro(a) emitirá comunicado no e-compras Curitiba, informando a nova data para o recebimento das propostas e/ou recebimento dos lances. As empresas cadastradas no e-Compras Curitiba nos grupos e subgrupos do objeto desta Licitação receberão o comunicado via e-mail.

5.4.1. Na hipótese de desconexão do sistema eletrônico durante a fase de lances, desde que acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos sem prejuízo dos atos realizados.

5.4.2. Se a desconexão tratada neste item permanecer por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após vinte e quatro horas da comunicação do fato aos participantes na página do processo licitatório junto ao e-compras Curitiba.

5.4.3. A licitante deverá acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública virtual, sendo de sua responsabilidade o ônus decorrente da perda de negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Não será aceita a participação de empresas em consórcio para esta Licitação.

5.6. Os interessados no momento do envio da proposta através do e-compras Curitiba deverão dar o “aceite” nas condições do regulamento do presente Pregão Eletrônico.

5.6.1. Na tela do “aceite” os interessados estarão declarando:

- a) Atende a todos os requisitos de habilitação;
- b) A inexistência de superveniência de fato impeditivo da habilitação, nos termos do artigo 63, inc. X do RILC;
- c) Que não possui em seu quadro funcional menor de dezoito anos executando trabalho no período noturno, perigoso, ou insalubre, e nem menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988);
- d) Que os dirigentes da licitante, não exercem cargo ou função pública, na Administração Municipal ou Câmara Municipal de Curitiba;
- e) Que conhece e aceita o regulamento do Sistema e-Compras Curitiba;
- f) Quando for o caso, que estão enquadradas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme art. 3º e incisos da Lei Complementar Nº. 123/2006.
- g) Que conhece e aceita as disposições contidas no RILC.

5.6.2. A informação falsa por parte dos interessados acarretará na aplicação das penalidades previstas neste instrumento, bem como as elencadas no RILC.

5.7. Neste Pregão Eletrônico serão aceitos lances intermediários.

5.7.1. A licitante poderá oferecer lances com valores inferiores ao último lance por ele ofertado, ou seja, o sistema registrará (no histórico de lances) os lances encaminhados pelas licitantes, cujos valores sejam inferiores ao último por estes ofertados. Caso o fornecedor não tenha interesse ou não possa baixar o seu lance relativamente ao primeiro colocado, este poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao último lance por ele mesmo ofertado (inferior ao seu próprio lance).

5.8. Todas as empresas que encaminharam propostas para o presente Pregão Eletrônico poderão participar da sessão de lances.

5.9. Para os itens onde a empresa não está cadastrada no grupo e subgrupo de produtos correspondente ao objeto constante no Anexo I deste caderno, o mesmo não estará disponível para proposta e lance.

5.10. As microempresas e empresas de pequeno porte para a participação nos processos de pregão eletrônico deverão estar obrigatoriamente cadastradas como microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) no Sistema de Gestão Pública do Município de Curitiba. O cadastro deverá ser efetivado na SMAP.

5.11. O não cadastramento da empresa no Sistema Eletrônico do Município de Curitiba acarretará a impossibilidade de participar na apresentação de novo lance no prazo estipulado no § 6º do art. 5º do Decreto Municipal n.º 962/2016. O sistema eletrônico de compras do Município de Curitiba fará a validação automática das microempresas e empresas de pequeno porte na fase posterior à fase de lances, quando houver o empate ficto.

6 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. Serão recebidas, exclusivamente, através da Internet no e-compras Curitiba, a partir da publicação do Edital até as **15h00min do dia 09/08/2024**. Não serão aceitas propostas encaminhadas fora do horário determinado nem em outro meio que não através e-compras Curitiba.

6.2. Para acessar o formulário para o envio da proposta, os interessados deverão entrar no e-compras Curitiba e digitar o seu login e a sua senha de acesso ao e-Compras Curitiba.

6.3. As empresas interessadas deverão enviar as suas propostas, através do e-compras Curitiba, que permanecerá criptografada e inviolada até o momento da abertura da sessão para o envio dos lances, considerando o modo de disputa fechado de que trata o artigo 69 do RILC.

6.4. Após o envio da proposta através do e-compras Curitiba, não será mais possível a desistência ou a retirada da referida proposta, sendo a empresa responsável pelos valores informados.

6.5. Não será aceita carta ou outro meio de comunicação informando engano, erro ou omissão da parte do fornecedor ou de funcionário.

6.6. Qualquer proposta enviada por fac-símile, entregue ao(à) Pregoeiro(a) ou encaminhada via postal, não será aceita, somente através da Internet no e-compras Curitiba.

6.7. O envio de uma proposta para este Pregão Eletrônico será considerado como evidência de que a proponente:

a) examinou criteriosamente todos os documentos do Edital, que os comparou entre si e obteve do(a) Pregoeiro(a) informações sobre qualquer ponto duvidoso antes de apresentá-la.

b) considerou que os elementos da licitação lhe permitem a elaboração de uma proposta totalmente condizente com o objeto licitado.

c) sendo vencedor da licitação, assumirá integral responsabilidade pela perfeita e completa execução do objeto em todas as fases.

6.8. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias a contar da data do envio da mesma para o e-compras Curitiba.

6.8.1. Se por motivo de força maior a adjudicação/homologação não ocorrer dentro do período de validade da proposta e caso persista o interesse da CURITIBA S.A., será prorrogada, automaticamente, a validade desta por igual prazo.

7 – APRESENTAÇÃO DOS LANCES

7.1. Os lances serão recebidos, exclusivamente, através do e-compras Curitiba, no dia **09/08/2024 das 15h05 min às 15h35 min.**

7.2. Para o envio dos lances, os interessados deverão entrar no e-compras Curitiba e digitar o seu login e a sua senha de acesso ao e-Compras Curitiba.

7.2.1. Em cumprimento ao contido no artigo 20 do RILC, foi dado sigilo ao valor estimado da contratação.

7.3. No dia e hora marcados para o início do recebimento dos lances, os mesmos serão ofertados sobre o menor preço dentre as propostas apresentadas. O sistema e-Compras Curitiba fará a avaliação dos preços das propostas apresentadas e informará na tela para envio dos lances, os menores preços propostos, sem identificar os seus detentores.

7.4. Não será aceita carta ou outro meio de comunicação informando engano, erro ou omissão da parte do fornecedor ou de funcionário, salvo por justo motivo.

7.5. As propostas apresentadas, durante a etapa de lances deverão estar incluídos todos os custos, despesas diretas e indiretas, transporte (carga e descarga até o local de destino e seguro de transporte, se houver), tributos, e toda e qualquer taxa (imposto) que incidir sobre a execução do objeto do contrato.

7.6. As dúvidas que eventualmente surgirem durante as sessões públicas via Internet serão resolvidas pelo(a) Pregoeiro(a), devidamente designado(a) para o presente processo licitatório, através do “chat” de conversação.

7.7. A qualquer momento o(a) Pregoeiro(a) poderá cancelar um ou mais lances que não atenderem às exigências do Edital e do artigo 86 do RILC, bem como os lances com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis. O cancelamento de lances deverá ser devidamente fundamentado.

7.8. A qualquer momento o(a) Pregoeiro(a) poderá bloquear a participação do fornecedor que esteja agindo em desacordo com o regulamento do Pregão Eletrônico, tumultuando o processo, tentando identificar-se, ou ainda, que se identifique durante a sessão de lances.

7.9. A partir do menor preço ofertado, os interessados poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para o envio dos mesmos, sendo as empresas participantes responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome durante a sessão, assumindo como firmes e verdadeiros seus lances.

7.10. Os lances deverão ser inferiores ao último apresentado, porém poderão ser aceitos lances de mesmo valor, e no caso de haver o empate de lances após o término do processo, estando as licitantes empatadas classificadas na primeira posição no certame, serão as mesmas convocadas pelo(a) Pregoeiro(a) a ofertar nova proposta, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento.

7.11. A convocação de que trata o acima exposto será realizada por e-mail, tendo em vista que o sistema e-Compras não está habilitado ao recebimento de novas propostas/lances, posterior ao encerramento da fase de lances.

7.12. Na hipótese de permanecer o empate após a aplicação do contido no item acima, serão então adotados os procedimentos especificados nos incisos II a IV do artigo 85 do RILC.

7.13. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada à identificação do detentor do lance.

7.14. PROCEDIMENTOS APÓS A FASE DE LANCES PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.14.1. Sendo a licitante do menor preço não enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, verificar-se-á a ocorrência de empate ficto. Na hipótese em que o preço ofertado por uma microempresa ou empresa de pequeno porte for com valor superior até 5% (cinco por cento) ao menor preço efetivo, será oferecida a preferência de contratação para a microempresa ou empresa de pequeno porte, respeitando o seguinte procedimento:

- a. No caso de empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço, que deverá ser inferior a menor oferta apresentada no certame, situação em que, sendo de fato ofertado valor inferior, será adjudicado em seu favor o objeto da licitação, desde que atendidas as demais exigências previstas em edital.

- b. Não havendo interesse por parte da micro ou pequena empresa em ofertar novo valor ou não ocorrendo à contratação por qualquer motivo, serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem nos limites estipulados no parágrafo 2º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- c. No caso de equivalência (empate real) dos valores apresentados pela microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrem nos limites estipulados no parágrafo 2º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123/2006 será realizado sorteio entre elas para identificar aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta, situação em que exercendo a microempresa ou empresa de pequeno porte sorteada tal direito, será adjudicado em seu favor o objeto da licitação, desde que obedecidas as demais condições previstas em edital.
- d. Não havendo a contratação nos termos previstos no caput do art. 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- e. Os critérios previstos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006 somente serão aplicados quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.14.2. Os procedimentos a serem adotados no sistema de compras eletrônicas da Prefeitura Municipal da Curitiba serão os seguintes, conforme art. 6º do Decreto n.º 962/2016:

I. O Sistema e-Compras Curitiba solicitará para as microempresas e empresas de pequeno porte, cadastradas no Sistema de Gestão Pública do Município de Curitiba e que se enquadram no empate ficto, interessadas em enviar novos lances menores do que o menor preço classificado, quando este não for microempresa ou empresa de pequeno porte dar o aceite nas condições estabelecidas para envio dos novos lances. O tempo para dar o aceite será de 05 (cinco) minutos, a partir do horário de encerramento da sessão de lance do processo.

II. Após o aceite por parte das microempresas e empresas de pequeno porte o tempo para o envio do(s) novo(s) lance(s) será de acordo com o número de itens de cada processo, conforme descrito abaixo:

- a. processos com 01 a 10 itens, o tempo para envio do(s) novo(s) lance(s) será de 05 minutos;
- b. processos com 11 a 30 itens, o tempo para envio do(s) novo(s) lance(s) será de 15 minutos;
- c. processos com mais de 31 itens, o tempo para envio do(s) novo(s) lance(s) será de 30 minutos.

III. Todas as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, cadastradas no Sistema de Gestão Pública do Município de Curitiba e que se enquadram no empate ficto podem dar o aceite e enviar seus lances, porém, será considerado para efeitos de julgamento somente a microempresa ou empresa de pequeno porte que tinha o menor valor (durante a fase de lances) entre as que apresentarem o empate ficto. Caso essa empresa venha a ser desclassificada ou inabilitada, o(a) Pregoeiro(a) poderá chamar as demais participantes, em ordem de classificação originada da sessão de lances, incluindo as demais microempresa ou empresa de pequeno porte, primeiramente, aquelas que se enquadram no empate ficto e que enviaram seus novos lances.

IV. Caso não haja empate ficto ou a vencedora for uma microempresa ou empresa de pequeno porte, o julgamento será feito na ordem de classificação obtida na relação das empresas classificadas após o término da sessão de lances.

7.14.3. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será encerrada a sessão de lances, o Pregão Eletrônico será suspenso, a fim de que o(a) Pregoeiro(a) possa proceder à análise e julgamento dos mesmos, bem como proceder ao julgamento da habilitação das empresas classificadas com o menor lance.

8 – JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1. O critério de julgamento adotado no presente certame será o **“MENOR PREÇO”**.

8.1.1. O Julgamento será efetuado pelo **“MENOR PREÇO GLOBAL”**

8.2. Após o término da sessão para envio dos lances será informada a empresa classificada com o menor lance. O(A) Pregoeiro(a) e sua Equipe de Apoio farão o julgamento da proposta.

8.3. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que sejam obtidas melhores condições.

8.3.1. Para fins de atendimento ao contido no item 8.3, confirmada a efetividade do lance ou proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação de outra que tenha obtido colocação superior, o(a) Pregoeiro(a) deverá negociar condições mais vantajosas com quem a apresentou.

8.3.1.1. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do valor estimado no processo licitatório para o item em questão.

8.3.1.2. Se depois de adotada a providência referida no subitem 8.3.1.1 acima não for obtido valor igual ou inferior ao valor estimado no processo licitatório, será revogada a licitação ou conforme o caso, o item/lote a ser adquirido no processo licitatório.

8.4. Após a negociação, se houver, o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.5. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

8.6. Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do edital, e estando seu preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, devendo o(a) Pregoeiro(a) negociar, visando obtenção de uma proposta mais vantajosa, conforme as disposições do item 8.3 do Edital.

8.7. A data para a divulgação da lista de vencedores, do Edital de Resultado de Julgamento bem como da emissão e divulgação da Ata de Julgamento será informada pelo(a) Pregoeiro(a) durante a

sessão de lances, no “chat” de conversação ou através de comunicado a ser publicado no e-compras Curitiba, sendo da responsabilidade única e exclusiva das empresas interessadas o acompanhamento das datas.

8.8. O Edital de Resultado de Julgamento e a Ata de Julgamento estarão disponíveis para se efetuar o download no e-compras Curitiba a partir da data designada pelo(a) Pregoeiro(a).

8.9. Após a fase de classificação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, comprovado e desde que aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

8.10. No caso da licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou os apresentar em desacordo ou com irregularidades, o(a) Pregoeiro(a) desclassificará a proposta para o item em questão e fará o chamamento da licitante classificada a seguir, a fim de negociar o objeto com a segunda colocada, caso a proposta da segunda colocada não seja aceita pelo(a) Pregoeiro(a), será realizada a negociação com a terceira colocada, e assim sucessivamente.

9 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A Proposta de Preços **VENCEDORA** deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

9.1.1. O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;

9.1.2. Indicação do CNPJ e razão social do proponente;

9.1.3. O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;

9.1.4. Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o Contrato, assim como o telefone e e-mail para contato;

9.1.5. Descrição detalhada dos serviços, obedecidas às especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

9.1.6. Consignar em moeda nacional, em algarismo e por extenso, o preço mensal dos serviços "per capita" da tabela constante no Anexo IV do Edital. O plano ofertado deverá atender a todos os requisitos do Anexo I, sendo obrigatória à cotação de PREÇO POR FAIXA ETÁRIA e por Plano, sendo considerado para efeito de vencedor, o PLANO ENFERMARIA;

9.1.6.1. Deverão ser apresentados, obrigatoriamente, os valores mensais “per capita” para acomodação em quarto compartilhado/ enfermaria e em quarto individual, conforme tabela constante no Anexo IV - Planilha de Preços.

9.1.6.2. Deverão ser apresentados os valores unitários e total para o período de 60 (sessenta) meses, por FAIXA ETÁRIA para acomodação em QUARTO COMPARTILHADO/ENFERMARIA dos titulares e dependentes, subitem 1.1.5.1.1.1 do Termo de Referência deste Edital, conforme tabela constante no Anexo IV - Planilha de Preços.

9.1.6.3. Indicar o índice PERCENTUAL DE SINISTRALIDADE que deverá ser de 70% (setenta por cento);

9.1.6.4. Tabela de Reembolso e valor da US utilizado pela licitante;

9.1.6.5. Conter material para fins de análise técnica pelo Setor Técnico da CURITIBA S.A, acerca DO ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS do Anexo I, rede ambulatorial mínima, rede hospitalar mínima e de SADT- Credenciamento mínimo, definidos no ANEXO I do Termo de Referência.

9.1.6.6. Não é admitida cobrança de qualquer TAXA DE ADESÃO.

9.1.6.7. A incidência tributária e demais encargos deverão estar incluídos no preço proposto.

9.1.7. Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (SESSENTA) dias, a contar da data de abertura da sessão pública deste Pregão eletrônico;

9.1.8. Prazo de vigência do contrato será de 60 (SESSENTA) meses, contados a partir do primeiro dia subsequente à assinatura do contrato pelo Contratante, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CURITIBA S.A;

9.2. Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 9.1.7 e 9.1.8, considerar-se-ão os prazos previstos neste Edital.

9.3. Depois de solicitada pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a proposta de preços da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos de habilitação complementares, quando necessários, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, através do próprio Sistema Compras.

9.3.1. O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e dos documentos complementares de habilitação.

9.4. Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

9.5. Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

9.6. No caso de haver divergência entre a descrição do código dos serviços no E-Compras e o disposto no Anexo I - Termo de Referência, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.

9.7. Serão desclassificadas as propostas que:

9.7.1. Contiverem vícios insanáveis;

9.7.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

9.7.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

9.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.7.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10 – CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

10.1. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

10.2. O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de funcionários técnicos da CURITIBA S.A ou, ainda, de especialistas pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

10.3. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.4. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.5. O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pela CURITIBA S.A.

10.6. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

10.7. Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivos ou inexequíveis.

10.8. Considerar-se-á inexequível a proposta na qual não tenha sido demonstrada a viabilidade da execução do objeto por meio de documentação que comprove a coerência dos custos envolvidos na contratação com os de mercado.

10.9. O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

10.10. O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

11 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) E-Compras;

b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

11.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

11.1.2. Constatada a existência das sanções previstas neste Edital, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

11.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual.

11.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, além de CPF do representante legal, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

11.2.3. Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, e indicação da empresa líder do consórcio.

11.3. DOCUMENTAÇÕES RELATIVAS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

11.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

11.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.3.3. Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/17, 682/2019 e 103/2021);

11.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;

11.3.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

11.3.6. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

11.3.7. Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440/2011;

11.3.8. A consulta on-line deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

11.3.9. Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no E-Compras o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo Pregoeiro.

11.3.10. O registro regular e atualizado no E-Compras supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 11.3.1 a 11.3.7.

11.4. Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, encaminhadas somente pela Proposta VENCEDORA ao final do certame, na ocasião em que a licitante apresentar sua proposta vencedora.

11.4.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que a licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

11.4.2. Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;

11.4.3. Declaração referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal;

11.4.4. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social.

11.4.5. Declaração de inexistência de fato superveniente.

11.4.6. Declaração independente de proposta.

11.4.7. Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

11.4.8. Declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

11.4.9. Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.

11.4.10. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

11.4.11. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

11.4.12. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 11.4.11, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro

convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando ao prosseguimento do certame, ou propor a revogação deste Pregão.

11.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.5.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação;

11.5.1.1. A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de, pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica, que ateste que a licitante tenha prestado serviços similares e compatíveis com o objeto da presente licitação.

11.5.1.2. Considerar-se-ão, para efeito da avaliação e aceitação de atestado, “serviços semelhantes” àqueles de prestação de assistência médico-hospitalar, através de Plano ou Seguro Saúde e “serviços compatíveis” àqueles prestados a um contingente, mínimo, de 50 (cinquenta) beneficiários, na forma abaixo indicada:

a) É facultada a obtenção do número mínimo de beneficiários 50 através do somatório dos números de usuários indicados nos respectivos atestados;

b) O número de atestados, para fins de obtenção da quantidade mínima de usuários 50, será de no máximo 02 (dois);

c) Não serão considerados atestados que não mencionem, expressamente, o número de beneficiários dos serviços.

11.5.2. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

11.5.3. Apresentação de registro de inscrição e autorização de funcionamento da empresa licitante junto à Agência Nacional de Saúde – ANS, dentro do prazo de validade, para comprovar que a licitante está apta a prestar os serviços objeto deste Edital, de acordo com o disposto na Lei nº 9.656/98 e alterações posteriores.

11.5.4. A Administração poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas na sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas.

11.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.6.1. Balanço Patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, salvo se a licitante tiver sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

11.6.2. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa aos últimos 2 (dois) exercícios sociais, salvo se a licitante tiver sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

11.6.3. Apresentação de Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

12 – JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

12.1. Somente será julgada a habilitação da licitante que for classificada com o menor lance.

12.1.1. Para a habilitação, serão exigidos os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação econômico-financeira, à qualificação técnica operacional e a regularidade fiscal e trabalhista, os quais deverão estar em conformidade com o Decreto Municipal Nº. 388/2023, 804/2023 e RILC.

12.2. Encerrada a etapa de negociação, em atendimento à Instrução Normativa 37-2009 do TCE-PR o(a) Pregoeiro(a) verificará se a licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 do RILC, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. Cadastro de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR (<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Municipal/AIL/ConsultarImpedidos.aspx>);
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

12.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da licitante e também de seu sócio majoritário.

12.2.2. Constatada a existência de sanção, a licitante será inabilitada, por falta de condição de participação.

12.3. Encerrada a sessão, após a negociação elencada no item 8.3, o(a) Pregoeiro(a) emitirá o documento “Relação Fornecedor” da empresa que ofertou o menor lance do presente certame, onde constam as datas de vencimento dos documentos exigidos para a habilitação, junto ao Serviço de Cadastro de Fornecedores do Departamento de Aquisições e Relações com Fornecedores da SMAP, com base no qual será procedido ao julgamento da habilitação.

12.3.1. Quanto à Qualificação Econômico-Financeira, a licitante melhor classificada na etapa de lances deverá entregar esta documentação conforme disposto no item 11.6 do Edital e caso a licitante a apresente de forma irregular ou da não apresentação no prazo solicitado, ocasionará na sua inabilitação, sendo adotados os procedimentos listados no item 12.11 do presente instrumento.

12.4. A Relação Fornecedor da empresa que ofertou a melhor proposta será rubricada pelo(a) Pregoeiro(a). A validade dos documentos será conferida e, no caso da data de qualquer documento solicitado estar vencido, a Licitante será INABILITADA. Este documento fará parte do processo licitatório.

12.4.1. A Relação Fornecedor das demais licitantes que participaram do presente processo licitatório, serão anexadas ao processo e somente serão julgadas no caso de inabilitação da licitante classificada em primeiro lugar.

12.4.2. É de responsabilidade da Licitante a manutenção das datas atualizadas dos documentos.

12.5. A não regularização dos documentos faltantes, junto ao serviço de Cadastro de Fornecedores do Departamento de Aquisições e Relações com Fornecedores da SMAP ensejará na inabilitação da licitante.

12.6. Quando algum documento for solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), através de e-mail ou Ofício, os documentos deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, à exceção de fotocópias em papel termossensível, devendo ser autenticadas pelo(a) Pregoeiro(a) ou por um funcionário membro da Equipe de Apoio, da unidade que realiza a licitação, ou ainda apresentada prova da publicação em órgão de imprensa oficial.

12.6.1. Os documentos solicitados que forem emitidos pela Internet, NÃO precisam de autenticação em cartório. O(A) Pregoeiro(a) conferirá a autenticidade via Internet.

12.7. Os documentos que não constarem em seu texto o prazo de validade deverão ser apresentados com expedição máxima de 03 (três) meses, a contar da data de sua emissão.

12.8. A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital ou com irregularidades, será inabilitada.

12.9. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promover as diligências que entender necessárias, adotando medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades meramente formais na proposta, documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

12.9.1. Na realização da diligência referida no item 12.9, o pregoeiro poderá conceder ao licitante, uma única vez, prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir do dia seguinte ao da comunicação, no curso do qual admitir-se-á a anexação aos autos de documento novo para efeito de julgamento de questão atinente ao certame, desde que tal documento se refira a condição comprovadamente atendida pelo licitante ao tempo da apresentação de sua proposta, na forma do admitido pelo art. 86, §11, do RILC.

12.10. Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas no presente Edital, o(a) Pregoeiro(a), se necessário, diligenciará junto ao Serviço de Cadastro e Relação com os Fornecedores do Departamento de Aquisições e Relações com Fornecedores da SMAP.

12.11. Se a licitante desatender às exigências para a habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável, cujo autor atenda aos requisitos de habilitação.

12.12. Estando à proponente classificada em primeiro lugar na etapa de lances com os documentos regulares junto a Relação do Fornecedor de que trata o item 12.3 do Edital, a mesma será convocada a atender ao contido no item 9.0 do presente instrumento.

12.12.1. Nos casos da apresentação dos documentos citados no item 9.0, de forma irregular ou da não apresentação do mesmo no prazo solicitado, a proposta da empresa será desclassificada, sendo adotado o procedimento listado no item 12.11 do Edital.

12.12.2. Sendo a documentação aprovada e constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

12.13. Sendo a empresa classificada em primeiro lugar na etapa de lances enquadrada como micro empresa ou empresa de pequeno porte e, constatada alguma irregularidade na documentação fiscal e trabalhista da proponente classificada em primeiro lugar na etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) irá habilitá-la sob condição, comunicando a licitante do dever de regularização, junto ao Serviço de Cadastro e Relação com os Fornecedores do Departamento de Aquisições e Relações com Fornecedores da SMAP, no prazo fixado na Lei Complementar n.º 123/2006, porém a proponente deverá apresentar a documentação relacionada no item 9.0 deste edital, no prazo e local indicados naquele item.

12.14. Estando a proponente classificada em primeiro lugar na etapa de lances com os documentos regulares junto a Relação do Fornecedor de que trata o item 12.3 do Edital, a mesma será convocada a atender ao contido no item 9.0 e subitens do presente instrumento.

12.15. No caso de não regularização da documentação dentro do prazo regulamentado, a licitante será inabilitada.

12.16. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos no item 12.1.1 deste Edital, a licitante que ofertou proposta para o presente certame será habilitada.

12.17. Caso a licitante classificada em primeiro lugar da etapa de lances seja inabilitada, o(à) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável, cujo autor atenda aos requisitos de habilitação.

13 – DA IMPUGNAÇÃO, DO RECURSO, DAS CONTRARRAZÕES, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. DA IMPUGNAÇÃO

13.1.1. Eventuais impugnações sobre os termos do presente Edital deverão ser formuladas dentro do prazo estabelecido no artigo 39 do RILC - RILC. Após o prazo estabelecido, não serão mais consideradas.

13.1.2. As pessoas físicas e jurídicas cadastradas ou não no sistema de contratações eletrônicas, que estejam participando ou não de processo eletrônico, poderão impugnar o presente Edital, por meio do e-compras Curitiba.

13.1.3. As pessoas físicas e jurídicas cadastradas ou não no sistema de contratações eletrônicas, que estejam participando ou não de processo eletrônico, assim como o cidadão não licitante, poderão impugnar o presente Edital também através de manifestação protocolada junto a CURITIBA S.A. ou

encaminhada por meio do e-mail: dmoulepes@curitiba.pr.gov.br, em nome do(a) Pregoeiro(a) designado(a) para o presente processo licitatório.

13.1.4. Caso o interessado na impugnação seja cidadão não licitante, o procedimento de impugnação poderá ser feito por meio do e-compras Curitiba e também através dos meios indicados no item 13.1.3 do Edital.

13.1.5. Não serão aceitas impugnações encaminhadas VIA FAX, sendo admitidas somente as manifestações encaminhadas através dos meios relacionados no item 13.1.2 e 13.1.3 do Edital.

13.1.6. Após decorrido o prazo legal, não será possível o protocolo eletrônico de impugnação por meio do sistema de contratações eletrônicas.

13.1.7. As Impugnações recebidas através dos meios indicados no item 13.1.3 do Edital, serão inseridas no sistema de contratações eletrônicas pelo(a) Pregoeiro(a) responsável pela condução do presente processo.

13.1.8. Todas as impugnações realizadas através dos meios indicados no item 13.1.2 e 13.1.3 do Edital, serão devidamente analisadas pelo(a) Pregoeiro(a).

13.2. DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE EM INTERPOR RECURSO

13.2.1. O interesse do licitante em interpor recurso deverá ser manifestado imediatamente após a divulgação do (Resultado do Julgamento). O prazo para a manifestação da intenção de interpor recurso será de 20 (vinte minutos), que serão contados a partir da divulgação do resultado do julgamento da licitação na página do presente processo licitatório junto ao site e-compras Curitiba.

13.2.1.1. O prazo informado em 13.2.1 será de 20 (vinte) minutos, ainda que o sistema e-compras Curitiba (que se encontra em fase de atualização) faculte um prazo maior.

13.2.2. Caso a licitante possua interesse em interpor recurso administrativo, a mesma deverá manifestar a intenção diretamente no e-compras Curitiba, em campo específico, respeitados os prazos legais previstos na legislação vigente.

13.2.3. A manifestação do interesse em interpor recurso também poderá ser realizada através de documento protocolado junto a CURITIBA S.A., ou por meio do e-mail: dmoulepes@curitiba.pr.gov.br, em nome do(a) Pregoeiro(a) designado(a) para o presente processo licitatório.

13.2.4. Não serão aceitas intenções de interposição de recurso administrativo encaminhadas VIA FAX, sendo admitidas somente as manifestações recebidas através dos meios relacionados nos itens 13.2.2 e 13.2.3 do Edital.

13.2.5. As manifestações recebidas através dos meios indicados no item 13.2.3 do Edital, serão inseridas no sistema de contratações eletrônicas pelo(a) Pregoeiro(a) responsável pela condução do presente processo.

13.2.6. Todas as intenções de interposição de recurso administrativo realizadas através dos meios indicados nos itens 13.2.2 e 13.2.3 do Edital, serão devidamente analisadas pelo(a) Pregoeiro(a).

13.2.7. Após decorrido o prazo legal, não será possível o protocolo eletrônico de manifestação de interesse em interpor recurso administrativo por meio do sistema de contratações eletrônicas.

13.3. DO RECURSO ADMINISTRATIVO, DAS CONTRARRAZÕES DE RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.3.1. Quando da interposição de recurso ou das contrarrazões ao mesmo, deverão ser observadas as disposições dos incisos XXIII a XXVII do artigo 64 do RILC.

13.3.2. Durante os prazos legais previstos na legislação vigente será aberto campo específico no sistema de contratações eletrônicas, para que o interessado insira seu recurso administrativo no e-compras Curitiba.

13.3.3. Os interessados também poderão encaminhar as razões do seu recurso administrativo através de documento protocolado junto a CURITIBA S.A., ou por meio do e-mail: dmoulepes@curitiba.pr.gov.br, em nome do(a) Pregoeiro(a) designado(a) para o presente processo licitatório.

13.3.4. Havendo interposição de recurso, o sistema permitirá que as demais licitantes interessadas apresentem a respectiva impugnação (contrarrazões) no mesmo modo que indicam os itens 13.3.2 e 13.3.3 do Edital.

13.3.5. Não serão aceitos recursos administrativos ou contrarrazões encaminhadas VIA FAX, sendo admitidas somente manifestações encaminhadas através dos meios relacionados nos itens 13.3.2 e 13.3.3.

13.3.6. Após decorrido o prazo legal, não será possível o protocolo eletrônico de interposição de recurso administrativo e de contrarrazões por meio do sistema de contratações eletrônicas.

13.3.7. Os recursos ou contrarrazões de recurso recebidos através dos meios indicados nos itens 13.3.2 e 13.3.3 do Edital, serão inseridos no sistema de contratações eletrônicas pelo(a) Pregoeiro(a) responsável pela condução do presente processo.

13.3.8. Todas as interposições de recurso administrativo e de contrarrazão aos mesmos que forem realizadas através dos meios indicados no item 13.3.2 e 13.3.3 do Edital, serão devidamente analisadas pelo(a) Pregoeiro(a).

13.3.9. Interposto o recurso, o(a) Pregoeiro(a) poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

13.3.10. O recurso contra a decisão do(a) Pregoeiro(a) não terá efeito suspensivo.

13.3.11. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

13.3.12. No caso de interposição de recursos em que seja evidenciado o caráter meramente procrastinatório, o licitante recorrente estará sujeito à penalidade de multa equivalente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação, conforme disposição contida no art. 181, inc. I, do RILC.

13.3.12. Homologado o resultado prolatado pela Autoridade Competente, a proponente vencedora será convocada através do e-mail cadastrado no sistema e-compras Curitiba, dentro do período de validade da Proposta, a efetuar a assinatura do Contrato.

NOTA: Havendo indícios de que há qualquer manifestação, das indicadas no item 13 e seus subitens, efetuada somente com a finalidade de impedir, perturbar, protelar ou tumultuar o trâmite procedimental da presente licitação, poderá o(a) Pregoeiro(a) solicitar a instauração de processo administrativo para apuração dos fatos e eventual aplicação de penalidades, observados os princípios do contraditório e ampla defesa, sem prejuízo de ser oficiado o Ministério Público sobre o ocorrido.

15 – DO CONTRATO

15.1. A Proponente Vencedora, antes da assinatura do Contrato, deverá apresentar através de ofício devidamente identificado com o nome da licitante vencedora, contendo o número do Pregão Eletrônico, o qual deverá ser protocolado na Recepção da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S.A, sito à Rua Barão do Rio Branco, n.º45 – 7º Andar, Curitiba/PR ou enviado ao email dmoulepes@curitiba.pr.gov.br, aos cuidados do Pregoeiro:

a) A indicação formal do profissional que será o Responsável Técnico pela execução dos serviços contratados, bem como, dos membros da Equipe Técnica que prestarão os serviços, contendo na referida indicação a anuência dos indicados e seus respectivos cargos.

15.2. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante Contrato de prestação de serviços, cuja respectiva Minuta constitui o Anexo IX do presente Edital.

15.2.1. Constam da Minuta do Contrato, os prazos, as condições para entrega do objeto, a forma de pagamento, as sanções para o caso de inadimplemento e demais obrigações das partes.

15.3. A licitante vencedora será convocada, durante a validade da sua proposta, para no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis assinar o Contrato de Prestação de Serviços, sob pena de decair o direito ao mesmo, sem prejuízo das consequências previstas no artigo 136 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A.

15.3.1. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado apresentado de forma escrita e fundamentada, aceito pela Administração.

15.3.2. Deixando a adjudicatária de assinar o Contrato no prazo fixado, poderá o Pregoeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas à faltosa, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

15.3.3. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas, não se aplicando ao licitantes que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

15.4. O prazo de vigência do contrato será de 60 (SESSENTA) meses a partir da data de sua assinatura.

16 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

16.1. Além de cumprir fielmente a Especificação dos Serviços solicitados junto ao Termo de Referência e seus Anexos e na minuta do contrato, a CONTRATADA e CONTRATANTE assumem obrigações recíprocas.

16.2. As obrigações da CONTRATADA e CONTRATANTE são as descritas no Termo de Referência e na Minuta do Contrato de Prestação de Serviços, partes integrantes deste edital.

16.3. As despesas decorrentes da entrega do objeto em desacordo com as condições impostas na licitação são de responsabilidade da CONTRATADA.

17 – DO PAGAMENTO

17.1. As condições referentes ao pagamento da CONTRATADA são as descritas no Termo de Referência, parte integrante deste edital.

17.2. A CONTRATADA emitirá mensalmente a Fatura/Nota Fiscal correspondente ao serviço prestado.

17.3. À CONTRATADA fica vedado negociar, ou efetuar a cobrança ou desconto da duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se tão somente cobranças em carteira simples, ou seja, diretamente na Área de Finanças e Contabilidade da CONTRATANTE.

17.4. A CONTRATANTE poderá descontar dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela CONTRATADA, por força deste Edital.

17.5. A CONTRATADA deverá apresentar junto com a Fatura/Nota Fiscal (contendo o número do Contrato e da Autorização de Fornecimento a que se refere), o comprovante de regularidade relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, à seguridade social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação das certidões/certificados correspondentes, bem como, a certidão de regularidade dos tributos estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda e a certidão de regularidade dos tributos municipais, expedida pela Prefeitura Municipal (incluindo tributos mobiliários e imobiliários) e certidão de regularidade de débitos trabalhistas, a CNDT, expedida pela justiça do trabalho.

17.5.1. Os documentos acima nominados deverão estar dentro dos seus prazos da validade.

17.5.1.1. Como a CONTRATADA é obrigada a manter, durante toda a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, caso a mesma apresente alguma das certidões listadas no item 17.5 acima com o prazo de validade vencido, será a CONTRATADA notificada do fato em questão, ou seja, do dever de regularizar a situação e da necessidade de apresentar uma nova certidão válida à CONTRATANTE, ou seja, dentro do seu prazo de validade.

17.5.1.2. O não atendimento ao contido no subitem 17.5.1.1 acima pela CONTRATADA, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá levar a rescisão do Contrato, sem prejuízo também de aplicação a mesma das penalidades previstas em Lei e neste Edital. (Acórdão Nº. 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

17.6. As certidões emitidas via internet poderão ter a autenticidade reconhecida mediante consulta ao sítio eletrônico do órgão/entidade emissora.

17.7. A empresa vencedora terá a obrigação de manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.8. Na Fatura/Nota Fiscal deverá ser indicado o nome do Banco, nome e número da agência e número da Conta Corrente onde será creditado o valor, bem como, o número do Contrato e da Autorização de Fornecimento a que se refere. Serão aceitos pagamentos através de boleto bancário.

17.9. Na eventualidade de ocorrer atraso no pagamento de qualquer parcela, o valor será atualizado em 0,5 % (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore", calculado sobre o valor da Fatura/Nota Fiscal, a título de compensação financeira.

17.10. Para a hipótese definida no item 17.9 do edital, a CONTRATADA fica obrigada a emitir fatura(s) suplementar(es), identificando de forma clara de que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento da CONTRATANTE.

17.11. Os dispêndios decorrentes do presente processo correrão por conta dos recursos próprios da CURITIBA S.A.

17.12. Fica expressamente estabelecido que o valor proposto pela licitante vencedora inclui todos os custos diretos e indiretos para execução dos serviços, na data de apresentação da proposta e nas condições previstas nas especificações contidas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo-se assim a sua única remuneração pelo objeto contratado.

17.13. A Nota Fiscal deverá ter como destinatário:

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A, CNPJ: 76.493.899/0001-93, INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTA, RUA BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 45, CEP: 80.010-180, CENTRO, CURITIBA – PR.

17.14. Não será efetuado qualquer pagamento para a empresa ou profissional penalizado, sem que o mesmo haja recolhido a multa que eventualmente lhe tenha sido aplicada.

17.15. As notas fiscais e faturas deverão ser apresentadas em moeda corrente nacional e atender, quando for o caso, ao previsto no Decreto Estadual nº 3.330/2008, relativo à apresentação da nota fiscal eletrônica.

17.16. Não será efetuado qualquer pagamento para a empresa ou profissional penalizado, sem que o mesmo tenha recolhido a multa que lhe tenha sido aplicada.

18 – DO REAJUSTE E DA SINISTRALIDADE

18.1 DO REAJUSTE:

18.1.1. Os preços inicialmente contratados serão reajustados após a periodicidade de um ano, contada da data do orçamento estimado pela Administração, ou da última atualização do valor contratual em conformidade com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A.

18.1.2. O reajustamento dos preços será feito com base na variação do VCMH (Variação de Custos Médicos Hospitalares) exclusivamente para obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, ou, na sua falta, por qualquer outro índice que reflita a variação monetária no período, a critério da ANS, que será apurado no período de 12 (doze) meses consecutivos, e o tempo de antecedência em meses da aplicação do reajuste em relação à data-base de aniversário, considerada esta o mês de assinatura do contrato;

18.1.3. Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

18.1.4. A Contratada deverá manifestar o interesse no reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, devendo apresentar o demonstrativo de que trata o subitem 18.1.3, tão logo seja divulgado o índice oficial previsto no subitem 18.1.1.

18.1.5. A não formalização do pedido de reajustamento pela Contratada ou, ainda, a sua formalização intempestivamente, ou seja, após a prorrogação do ajuste, acarretará a preclusão do direito de reajustar.

18.1.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.1.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

18.2. DA SINISTRALIDADE:

18.2.1. A CONTRATADA poderá rever o contrato em função da sinistralidade, caso seja ultrapassado o percentual de 70% (setenta por cento).

18.2.2. A revisão da sinistralidade de que trata o subitem anterior será realizada a cada ano.

18.2.3. O percentual de revisão será apurado pela média das sinistralidades verificadas mensalmente, observando a periodicidade constante do subitem 18.2.2.

18.2.4. A CONTRATADA, para fins de acompanhamento de apuração da sinistralidade pelo CONTRATANTE, deverá encaminhar mensalmente, relatórios de prêmio e sinistro.

18.2.5. Incumbirá à CONTRATADA a demonstração do cálculo da sinistralidade e memória de cálculo respectiva, como pré-requisito para a revisão do preço.

18.2.5.1. A revisão do preço com base no cálculo de sinistralidade somente poderá ser aplicada no que superar o índice de reajuste anual estabelecido no contrato.

18.2.6. Quaisquer serviços prestados a titular ou dependente decorrente de medida judicial não poderão ser considerados para fins de apuração da sinistralidade ou qualquer outro encargo contratual.

18.3. Nos casos de aplicação de reajuste por sinistralidade, o mesmo deverá ser procedido de forma complementar ao especificado no inciso 18.1., acima.

18.4. Fica assegurada a contratada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro (cálculo atuarial) desde que fundamentada em fato superveniente, que altere as condições de execução do contrato consoante Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A.

19 – INSTRUMENTO DE MEDICAÇÃO DE RESULTADOS

19.1. A disciplina relativa ao Instrumento de Medição de Resultados - IMR está prevista no Anexo II deste Edital.

20 – MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

20.1. A disciplina relativa à Matriz de Alocação de Riscos está prevista no Anexo III deste Edital.

21 – DAS PENALIDADES

21.1. São aplicáveis às sanções administrativas previstas nos artigos 177 a 184 do RILC.

21.2. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes multas, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação em vigor, neste Edital e na legislação aplicável:

21.2.1. Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Edital, será aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

21.2.2. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, pela inexecução parcial do ajuste e suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CURITIBA S.A por até 01 (um) ano, contados da publicação no Diário Oficial do Município de tal medida punitiva;

21.2.3. Multa de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, por inexecução total do ajuste e suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CURITIBA S.A., por até 02 (dois) anos, contados da publicação no Diário Oficial do Município de tal medida punitiva;

21.2.4. Multa de 1% (um por cento) ao dia no caso de atraso na execução dos serviços ou pelo não cumprimento dos prazos de atendimento, calculada sobre o valor da parcela em atraso, limitada a 30% (trinta por cento) do valor dessa parcela.

21.2.5. Após o 30º (trigésimo) dia corrido a Administração poderá não mais aceitar o objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, sem prejuízo do cancelamento unilateral da avença, que ensejará a desconsideração da multa prevista no subitem anterior e a imposição das sanções previstas no item 21.2.2 ou 21.2.3.

21.2.6. Multa de 1% (um por cento) calculada sobre o valor do contrato, no caso de descumprimento das demais obrigações previstas neste instrumento para as quais não haja penalidade específica cominada.

21.3. As penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente.

21.4. Será propiciada defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nos itens precedentes.

21.5. Os valores pertinentes à multas aplicadas, serão descontados dos créditos que a CONTRATADA tiver direito ou cobrados judicialmente.

21.5.1. Caso a CONTRATADA não disponha de valores a receber da CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido um prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento. Decorrido esse prazo sem o recolhimento dos valores, a Administração procederá a cobrança judicial dos valores.

21.6. As penalidades aqui previstas têm caráter de sanção administrativa, sendo que sua aplicação não exime a CONTRATADA de reparar eventuais perdas e danos que seus atos venham a acarretar à Administração.

21.7. As eventuais multas aplicadas por força do disposto no item 8 acima, não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório, e portanto não eximem o fornecedor de reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração de cancelamento do pacto em apreço.

21.8. A CONTRATADA é responsável direta e exclusivamente pela prestação objeto do contrato, de acordo com o prescrito no Anexo I do Edital do Processo Administrativo Eletrônico – Protocolo SUP: 01-144.959/2024 - Pregão Eletrônico N.º 003/2024 – CURITIBA S.A, e conseqüentemente responde, civil e criminalmente por todos os danos que na sua execução venha a provocar, direta ou indiretamente para a CONTRATANTE.

22 – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

22.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a. “Prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b. “Prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c. “Prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d. “Prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e. “Prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

22.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

22.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, e o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

23 – DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

23.2. O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Município – DOM e no PNCP.

23.3. Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no DOM.

23.4. Até o 5º (quinto) dia útil anterior à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

23.5. A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá, conforme o caso, de acordo com os prazos estabelecidos nos artigos 39 e 40 do RILC.

23.6. Acolhida à petição contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame exceto quando o acolhimento da impugnação não afetar a formulação das propostas.

23.7. A proponente que vier a causar impedimentos ao normal e legal andamento da presente licitação, além das sanções legais previstas, será responsabilizada civilmente pelos danos e prejuízos causados à entidade licitadora, derivados da não conclusão do processo licitatório, bem como do objeto pretendido.

23.8. A empresa contratada fica estritamente vinculada aos termos do Edital, do presente contrato e de sua proposta.

23.9. Em atendimento a exigência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE, conforme art. 48 da Instrução Normativa n.º 45/2010 – DCM, todas as empresas licitantes deverão obrigatoriamente complementar seus dados cadastrais na Prefeitura Municipal de Curitiba com as seguintes informações referentes ao Quadro Societário: nome do sócio, participação do sócio na empresa (representante legal ou membro), registro na Junta Comercial ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos, data do registro e número de registro. Estas informações devem ser obrigatoriamente extraídas da última alteração do Contrato Social, devidamente registradas na Junta Comercial ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos, conforme a atividade da Empresa.

23.10. Para tanto, visando o atendimento do item 21.10, as empresas devem entrar em contato com a SMAP, setor de Cadastro de Fornecedores, situada a Rua Solimões n.º 160, Alto São Francisco, telefones (41)3350-9065, (41)3350-9116 e (41)3350-9017 para maiores esclarecimentos e envio dos documentos.

23.11. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade da proposta apresentada bem como dos lances ofertados.

23.12. A presente contratação somente poderá ser alterada por acordo das partes, vedando-se alterações que resultem em violação ao dever de licitar desde que observada as hipóteses previstas no artigo 141 do RILC.

23.13. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo(a) Pregoeiro(a) e os relativos à execução das obrigações, pela autoridade competente, e reger-se-ão, em quaisquer dos casos, pela Lei Federal n.º. 13.303/2016 e pelo RILC, como também pelos documentos integrantes do presente instrumento e seus anexos.

23.14. Em razão do processo administrativo que gerou a presente licitação ser eletrônico, nos termos do Decreto Municipal n.º 848/2018, todos os documentos entregues pelos licitantes, serão digitalizados e inseridos no processo eletrônico, por meio do Sistema Único de Protocolo - SUP.

23.15. Conforme disposto no § 2º do Artigo 2º- A da Lei Federal n.º 12.682/2012, após a digitalização dos documentos entregues pelos licitantes, os documentos digitalizados possuem o mesmo valor jurídico que os documentos originais.

23.16. Os documentos físicos, entregues pelos licitantes ficarão de posse do(a) Pregoeiro(a) até a homologação do processo licitatório. Após a homologação os documentos ficarão disponíveis aos licitantes interessados para retirada por um período de 30 (trinta) dias, e caso não sejam retirados dentro do prazo estipulado, os mesmos poderão ser incinerados.

23.17. Em atendimento ao artigo 17 do RILC, foram designados como Gestor do Contrato o funcionários Adriane Orchel, matrícula nº 81.598, como Gestor e Suplente o funcionário Lilian Cardoso, matrícula n.º 81.613 e como Fiscal dos Serviços, o funcionário Davidson José Moulepès, matrícula n.º 81.599, que serão os interlocutores de todos os contatos com a CONTRATADA, bem como os agentes fiscalizadores do desenvolvimento dos trabalhos.

23.18. Os casos omissos deste contrato reger-se-ão pela Lei 13.303/2016 e pelo RILC, como também pelos documentos integrantes do presente ajuste.

Curitiba, 11 de Julho de 2024.

DAVIDSON JOSÉ MOULEPES
Matrícula n.º 81.599 - CURITIBA S.A
PREGOEIRO

RELAÇÃO DE ANEXOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024

ANEXO	I	: Termo de Referência
ANEXO	II	: Índice de Medição de Resultados
ANEXO	III	: Matriz de Riscos
ANEXO	IV	: Planilha de Proposta e Formação de Preços
ANEXO	V	: Declaração de Benefício de Microempresas
ANEXO	VI	: Modelo de Declaração
ANEXO	VII	: Modelo de Declaração
ANEXO	VIII	: Modelo de Declaração
ANEXO	IX	: Minuta de Contrato de Prestação de Serviços

ANEXO I DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

1.1.1. Contratação de serviço de plano ou seguro-saúde, através de pessoa jurídica de direito privado, que opere Plano ou Seguro Privado de Assistência à Saúde, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e com cobertura em todo o território nacional, englobando os segmentos ambulatorial, hospitalar e obstetrícia, com as exigências mínimas estabelecidas nos incisos I, II, III, V, VI e VII do artigo 12 da Lei nº 9.656/98, com as coberturas obrigatórias asseguradas por lei e por normas complementares da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS/MS), para execução, de forma indireta e contínua, de serviço de assistência médica complementar aos funcionários e respectivos dependentes da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S.A.

1.1.2. Os serviços descritos no item 1.1.1 deverão atender ao disposto na Lei 9.656 de 1998 e às coberturas e regulações estabelecidas nas Resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS mais atualizadas e as que se sucederem.

1.1.3. Estima-se o quantitativo de 53 (cinquenta e três) possíveis vidas na qualidade de titulares e dependentes.

PLANO	Preço	Quantidade	Valor		
FX ETÁRIA	Unitário	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
00-18		15	3	12	
19-23		3	2	1	
24-28		1	1		
29-33		0			
34-38		2	1	1	
39-43		7	5	2	
44-48		7	2	5	
49-53		1		1	
54-58		6	4	2	
59>		11	5	6	

53

1.1.4. Prazo de vigência do contrato: 60 (sessenta) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do Contrato pelo Contratante, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A.

1.1.5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1.5.1. GRUPOS DE BENEFICIÁRIOS:

1.1.5.1.1. A contratação atenderá aos seguintes grupos de beneficiários, observando que a inclusão de dependentes deverá respeitar as condições e possibilidades previstas em normativa interna da CURITIBA S.A.

1.1.5.1.1.1. GRUPO A (objeto da contratação):

a) Titulares:

I - funcionários, incluídos os cedidos, os removidos, os requisitados e os ocupantes exclusivamente de cargo em comissão;

b) Dependentes dos titulares elencados na alínea "a", inciso I, acima:

I - o cônjuge, o companheiro ou companheira de união estável hétero ou homoafetiva;

II - a pessoa desquitada, separada judicialmente ou divorciada, que perceba pensão alimentícia do titular;

III - os filhos e enteados, solteiros, até 21 (vinte e um) anos de idade ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez;

IV - os filhos e enteados, entre 21 (vinte e um) e 24 (vinte e quatro) anos de idade, dependentes econômicos do titular e estudantes de curso regular reconhecido pelo Ministério da Educação;

V - o menor sob guarda ou tutela concedida por decisão judicial;

1.1.6. DA ADESAO PELOS BENEFICIÁRIOS:

1.1.6.1. Estima-se para o contrato a ser celebrado um total de 53 (cinquenta e três) possíveis vidas relativos ao GRUPO A (descritos no item 1.1.5.1.1.1), distribuídos por faixa etária, conforme tabela constante de Anexo do Edital.

1.1.6.4. O número de beneficiários informados nos subitens 1.1.6.1 poderá variar, ao longo do contrato, pelas adesões e exclusões que possam ocorrer.

1.1.7. TIPOS DE PLANOS:

1.1.7.1. O CONTRATANTE tem como objetivo a contratação do Plano Básico “1” (conforme alínea “a” do subitem 1.1.7.1.1), a ser oferecido aos beneficiários elencados no GRUPO A (conforme subitem 1.1.5.1.1.1), facultada a opção por modalidade de cobertura superior, sendo de responsabilidade dos titulares as correspondentes parcelas não custeadas pelo CONTRATANTE (descontos em folha de pagamento), bem como as diferenças de custo entre as diversas modalidades, observadas ainda as demais regras contidas no presente subitem.

1.1.7.1.1. Os beneficiários do GRUPO A poderão escolher os seguintes tipos de Plano:

a) Plano Básico “1”, com internação em enfermarias, contendo as coberturas assistenciais e direitos previstos no presente Termo de Referência e mesma rede hospitalar do Plano Básico “2”, excluindo-se apenas aqueles hospitais que não possuam acomodação da modalidade enfermaria para as internações;

b) Plano Básico “2”, com internações em quarto individual com banheiro privativo e direito a acompanhante, sob cobertura da operadora contratada, independentemente da faixa etária do paciente;

1.1.7.2. Qualquer que seja o regime de apuração, a sinistralidade será aplicada de modo linear para o GRUPO A, para efeito de reajuste.

1.1.8. REDE CREDENCIADA:

1.1.8.1. Os recursos relativos à assistência médico-hospitalar e laboratorial, em Rede Credenciada, deverão dar cobertura durante toda a vigência do contrato, sem qualquer restrição de acesso, a todos os serviços oferecidos em cada um dos estabelecimentos hospitalares relacionados no subitem 1.1.9 e nos outros indicados pela CONTRATADA de modo a assegurar uma rede mínima assistencial.

1.1.8.1.1. A Contratada fica obrigada a manter, durante toda a vigência do Contrato, o quantitativo da Rede Credenciada, bem como padrão de qualidade similar ou superior ao apresentado por ocasião da apresentação da proposta, sob pena de rescisão contratual.

1.1.8.2. A CONTRATADA deverá demonstrar antes da assinatura do contrato, relação nominal da sua rede credenciada em Curitiba e Região Metropolitana, disponível aos beneficiários de cada

modalidade de plano oferecida na proposta comercial, de forma analítica, observando-se as notas ali indicadas, e comprovando os seguintes quantitativos mínimos:

a) Pelo menos 30 (trinta) hospitais/clínicas:

b) Pelo menos 10 (dez) laboratórios de análises clínicas:

c) Pelo menos 10 (dez) laboratórios de radiologia e diagnóstico por imagem:

1.1.8.2.1. A contratada deve comprovar possuir credenciamento de 480 (quatrocentos e oitenta) médicos na cidade de Curitiba e sua Região Metropolitana, habilitados ao exercício das especialidades, sendo necessário constar na Comprovação de Credenciamento o número de inscrição no CRM que comprove a respectiva especialidade:

1.1.8.3. A CONTRATADA deverá explicitar para o Gestor do Contrato do CONTRATANTE e para os beneficiários, por meio digital ou físico, as diferenças existentes na rede credenciada entre as modalidades de plano a serem disponibilizados em sua proposta, devendo tal informação ser atualizada pelo menos uma vez a cada semestre ou sempre que ocorrer alteração na rede credenciada, a partir da vigência do contrato.

1.1.8.3. Deve ser garantida a atualização constante das informações a respeito da Rede Credenciada no sítio da Contratada, acessível a todos os beneficiários.

1.1.8.4. A CONTRATADA obriga-se a atender às solicitações de credenciamento de prestadores, formuladas pelo Gestor do Contrato, no interesse das necessidades dos beneficiários do plano de saúde.

1.1.8.4.1. Na impossibilidade de credenciar, a CONTRATADA deverá justificar o motivo do não atendimento do pedido e envidar esforços para providenciar outro prestador na mesma especialidade, na região solicitada, somente se eximindo de tal dever se comprovada a inexistência de prestadores que atendam aos requisitos técnicos da contratada para credenciamento na região ou município.

1.1.8.5. Sempre que ocorrerem descredenciamentos ou extinção de convênios com consultórios, clínicas especializadas, hospitais e outros serviços médicos, será obrigatória a comunicação do fato ao CONTRATANTE, assim como, a reposição desse tipo de atendimento dentro daquela região no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da continuidade dos atendimentos em curso, devendo ser imediatamente comunicadas ao CONTRATANTE as providências adotadas.

1.1.8.6. A CONTRATADA deverá credenciar hospitais, médicos e serviços auxiliares, bem como cancelar tais credenciamentos, sempre com o objetivo de melhoria da qualidade de atendimento aos beneficiários, sendo facultado ao CONTRATANTE colaborar com a CONTRATADA no processo de seleção dos hospitais, médicos e serviços auxiliares.

1.1.9. DAS COBERTURAS ASSISTENCIAIS:

1.1.9.1. A operadora contratada deverá assegurar aos beneficiários regularmente inscritos nos Planos de Assistência à Saúde oferecidos, os serviços e condições abaixo descritos, observando-se, ainda, a lei nº 9.656, de 03/06/98 e suas alterações, bem como as resoluções do CONSU e da ANS.

1.1.9.2. O atendimento dar-se-á por rede própria, credenciada ou reembolso de despesas.

1.1.9.3. Serão assegurados, de acordo com as determinações da ANS, todos os exames, consultas, cirurgias e demais procedimentos destinados aos diagnósticos e/ou terapias, assim como os tratamentos psicoterápicos, fonoaudiológicos e fisioterápicos previstos no Termo de Referência, tendo sido requisitados por profissionais da rede credenciada ou não.

1.1.9.3.1. Deverão ser prioritariamente disponibilizadas as cirurgias previstas no rol da ANS e que, a critério médico e comprovação científica, sejam menos invasivas e que ocasionem os menores prazos de recuperação, visando a melhores condições de recuperação e diminuindo o tempo de afastamento dos beneficiários de suas atividades laborais, se for o caso, e após análise favorável do Contratante.

1.1.9.4. Os exames médicos e hospitalares não constantes na tabela da AMB, da época do atendimento, deverão ser reembolsados pelo valor do exame similar, na forma descrita no subitem 1.1.12.

1.1.9.5. Não haverá limites de permanência para internações hospitalares, em UTI, CTI e UTI NEONATAL, como determinam as disposições da ANS.

1.1.9.6. Será de total responsabilidade da CONTRATADA o custo com a remoção de pacientes entre Unidades de Saúde, sem limite de quilometragem, terrestre ou aérea, para realização de exames complementares ou quando faltarem recursos na Unidade de Atendimento.

1.1.9.7. As hospitalizações deverão ser realizadas em quartos de acordo com o plano do beneficiário, mediante indicação de médicos próprios ou credenciados.

1.1.9.7.1. Em qualquer caso de internação, inclusive nos casos de urgência ou emergência, quando não houver acomodação hospitalar disponível de acordo com o Plano de Cobertura do beneficiário nos estabelecimentos próprios ou credenciados pela CONTRATADA, fica garantido o acesso à acomodação, em nível superior, sem ônus adicional para o beneficiário.

1.1.9.8. A internação em Hospitais e/ou Clínicas especializadas deverá ser isenta de despesas médicas, diárias, serviços dietéticos, taxas de internação e de salas de cirurgia, inclusive para partos, gessos, oxigênios e medicamentos prescritos e ministrados no hospital e/ou clínica, honorários médicos, inclusive serviços de enfermagem e exames necessários para qualquer tipo desses atendimentos.

1.1.9.8.1. Observada a indicação do médico assistente, e desde que haja anuência do paciente ou de seu representante legal, a CONTRATADA poderá oferecer serviço de home care como alternativa à internação hospitalar, entendido aquele como forma especial de internação do paciente fora do ambiente hospitalar, não se confundindo os serviços abrangidos pelo home care com aqueles prestados pela figura do cuidador.

1.1.9.9. Os beneficiários terão livre escolha para atendimento dentro da rede credenciada, respeitando a indicação das especialidades médicas constante na lista de credenciados, assegurado, ainda, o direito ao reembolso de consultas médicas não emergenciais com profissionais não credenciados da CONTRATADA, em qualquer modalidade de plano existente no contrato, com base no critério estabelecido no subitem 1.1.12.

1.1.9.10. A Contratada deverá garantir no Plano Básico “2”, definido na alínea “b” do subitem 1.1.7.1.1, as diárias, acomodações e refeições aos acompanhantes de beneficiários internados, independente

da faixa etária do paciente, sem nenhum ônus adicional para os beneficiários e para a CONTRATANTE.

1.1.9.11. Deverá ser assegurado pela CONTRATADA a cobertura nas especialidades de Psicologia e de Psiquiatria, a todos os transtornos psiquiátricos codificados no CID10, seja através de consultas e tratamento psicoterápico, inclusive infantil, devidamente solicitado pelo médico responsável (da rede credenciada ou não), seja para atendimentos de urgência/emergência psiquiátrica, inclusive quando em decorrência de dependência química.

1.1.9.11.1. No caso de Psiquiatria (incluindo os casos de Dependência Química), é obrigatório, por parte da CONTRATADA, o custeio total nos casos de internação hospitalar e de assistência ambulatorial, na rede credenciada ou sob a forma de reembolso pela tabela da Contratada, respeitados os limites de 180 (cento e oitenta) dias de internação em hospital/clínica psiquiátrica e 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de internação em hospital - dia psiquiátrico, por ano de vigência contratual.

1.1.9.12. Estarão cobertos pelo Contrato todos os serviços contemplados pela Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, e sua regulamentação posterior, todos os procedimentos constantes do rol da ANS.

1.1.9.12.1. Quando do fornecimento de próteses, deverão ser utilizadas próteses importadas, caso não existam similares nacionais reconhecidas pela ANVISA.

1.1.9.12.2. Nos casos de candidatos a transplantes de córnea e rim, provenientes de doador cadáver, estes deverão estar inscritos em uma das Centrais de Transplantes e estarão sujeitos ao critério de fila única de espera e de seleção, de acordo com a legislação vigente.

1.1.9.12.3. Os atendimentos descritos no subitem 1.1.9.12 devem abranger também os acidentes pessoais, os acidentes de trabalho, as doenças profissionais, as doenças de Notificação Compulsória, as doenças congênitas, as doenças crônicas e as preexistentes.

1.1.9.12.4. Todos os atendimentos devem, no mínimo, observar os prazos estabelecidos nas Resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), ressalvados os casos especificados neste Termo de Referência.

1.1.9.13. A CONTRATADA oferecerá obrigatoriamente assistência domiciliar por ambulância UTI, para os casos de urgência e emergência, com médicos e enfermeiros especializados, bem como os serviços de escleroterapia, Reeducação Postural Global (RPG), hidroterapia e tratamento hiperbárico, todos com adesão opcional e sem reembolso.

1.1.9.14. A critério da CONTRATADA poderão ser oferecidos serviços para adesão voluntária dos beneficiários, sem ônus para o CONTRATANTE, tais como: Programa de Atenção Domiciliar, Plano Odontológico, e/ou outros, custeados pelos beneficiários interessados.

1.1.9.15. A CONTRATADA poderá oferecer a prestação dos serviços de Psicologia, Nutrição e Fisioterapia de forma online e presencial, por adesão, de modo a auxiliar na contenção da sinistralidade.

1.1.9.16. Os serviços por adesão, de disponibilização obrigatória ou não pela CONTRATADA, não terão qualquer interferência nos cálculos de sinistralidade.

1.1.9.17. Será assegurado o acesso à rede credenciada de livre utilização pelo beneficiário mesmo sem o cartão assistencial de identificação do Plano de Assistência Médica e Hospitalar, desde que o beneficiário esteja devidamente identificado pela carteira de identidade, com foto, devendo a CONTRATADA manter uma central telefônica 24 (vinte e quatro) horas para atendimento ou liberação de atendimento provisório através de site na internet.

1.1.9.18. A CONTRATADA deverá autorizar os procedimentos cirúrgicos eletivos em até 10 (dez) dias úteis, bem como exames de maior complexidade no mesmo prazo, salvo se for referente a diagnóstico e tratamento oncológico e cardiovascular, situações em que a autorização deverá ocorrer em até o máximo de 5 (cinco) dias úteis.

1.1.9.18.1. A CONTRATADA deverá apresentar lista dos procedimentos para os quais serão exigidas autorizações prévias.

1.1.9.19. Obriga-se a CONTRATADA a assumir custos decorrentes de hospitalizações, a partir do início de vigência de Contrato.

1.1.9.19.1. A CONTRATADA deverá arcar pelo tempo que for necessário, a partir do início da vigência contratual, com o pagamento das despesas de paciente grave, que já se encontre internado sob a cobertura do contrato anterior do CONTRATANTE (com vigência até 30/04/2024, conforme o caso que se aplique ao beneficiário) e que não tenha condições clínicas ou autorização médica para ser removido, mesmo nos casos em que o hospital de internação do paciente não pertença à rede credenciada da CONTRATADA.

1.1.9.20. As hipóteses de exclusão de cobertura serão aquelas constantes dos incisos do art. 10 da Lei nº 9.656/98, com a redação dada pela M.P. 2177-44/2001 e pela Lei nº 12.880, de 2013.

1.1.9.21. Toda negativa de cobertura prevista no contrato, por parte da CONTRATADA, deverá ser justificada, sendo a justificativa passível de análise pelo Gestor do Contrato e/ou pela equipe de saúde do CONTRATANTE.

1.1.9.22. A CONTRATADA não poderá criar, em hipótese alguma, restrições ao atendimento de beneficiário sob a alegação de doenças ou lesões preexistentes ou congênitas.

1.1.9.23. Os hospitais, centros médicos, laboratórios e demais unidades prestadoras dos serviços que constituem o objeto da presente contratação não poderão limitar ou restringir o atendimento, desde que integrem sua estrutura de serviços e estejam abrangidos nas especificações dos serviços contratados, sendo terminantemente vedado o direcionamento e o uso de outros mecanismos de regulação mencionados na letra “b” do inciso I do artigo 4º da Resolução CONSU nº 08 de 04/11/1998, alterada pela Resolução CONSU nº 15 de 29/03/1999.

1.1.9.23.1. Nos casos de internações de urgência ou emergência, somente se admitirá oferta de atendimento em rede própria da Contratada mediante a comprovação de inexistência de vagas nos hospitais de escolha do beneficiário.

1.1.10. PRAZOS DE CARÊNCIAS, INCLUSÕES E EXCLUSÕES:

1.1.10.1. Não deverá ser imposta carência de qualquer espécie aos beneficiários, por ocasião da implantação do Plano de Assistência Médica e Hospitalar contratado, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias da assinatura do contrato para o GRUPO A.

1.1.10.1.1. Na implantação, a CONTRATADA receberá sem carência todos os beneficiários oriundos do contrato de prestação de serviço de assistência médica e hospitalar imediatamente anterior assinado pelo CONTRATANTE.

1.1.10.2. Também haverá ausência absoluta de carências para utilização dos serviços contratados para os segurados do GRUPO A incluídos no prazo de até 30 (trinta) dias de sua posse ou entrada em exercício na CURITIBA S.A., bem como dependentes oriundos de casamento, nascimento, adoção, guarda ou tutela judicial de menor. Nos casos de convivência marital [companheiro (a)] e/ou inclusão de enteado, o prazo acima assinalado será contado a partir da data do deferimento administrativo pelo Contratante.

1.1.10.3. Para ter direito à inclusão e também à permanência do dependente no Plano de Saúde/Seguro-saúde, é obrigatório que o funcionário com quem possua relação de parentesco esteja inscrito.

1.1.10.4. Com relação aos recém-natos, enquadráveis no GRUPO A, não caberá qualquer alegação de doença ou lesão preexistentes, sendo-lhes garantida a assistência durante os 30 (trinta) primeiros dias de vida.

1.1.10.4.1. Nos casos previstos no subitem anterior, estará garantida a inscrição sem a necessidade de cumprimento de qualquer período de carência ou de cobertura parcial temporária, desde que seja formalmente realizada a matrícula, pelo titular, no plano /seguro-saúde em até 30 (trinta) dias, contados da data do nascimento.

1.1.10.5. A CONTRATADA garantirá ao CONTRATANTE a possibilidade de transferência para plano de categoria superior ou inferior, a qualquer momento e sem carência, observado o previsto nos subitens deste Termo de Referência.

1.1.10.6.1. O beneficiário que optar pela transferência para plano de categoria inferior (downgrade), tendo havido internação clínica ou cirúrgica, somente poderá efetuar a mudança após 12 (doze) meses, contados da data da alta hospitalar.

1.1.10.7. As inclusões efetuadas até o último dia do mês, terão validade a partir do primeiro dia do mês seguinte.

1.1.10.7.1. Nos casos elencados no subitem 1.1.10.2, assim como em relação aos recém-natos, desde que haja solicitação do titular, as inclusões sem carência poderão produzir efeitos cadastrais no dia seguinte ao da formalização do pedido de inscrição junto à CONTRATADA pela SGP do CONTRATANTE, observado o prazo de 30 (trinta) dias previsto nos subitens 1.1.10.2 e 1.1.10.4.1.

1.1.10.7.2. Não havendo manifestação de vontade do titular quanto à vigência descrita no subitem anterior, esta se iniciará no primeiro dia do mês seguinte.

1.1.10.8. As solicitações de inclusão e de exclusão do plano/seguro-saúde deverão ser formalizadas pelo titular diretamente à SGP do CONTRATANTE, que as repassará para a CONTRATADA.

1.1.10.8.1. A exclusões de beneficiários terão vigência cadastral e financeira a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da formalização do pedido.

1.1.10.8.2. Nas hipóteses de óbito e perda de vínculo funcional do beneficiário, as mensalidades devidas serão cobradas pro rata die até a data do falecimento ou do desligamento, sendo o ajuste financeiro realizado no mês subsequente ao da comunicação do óbito ao CONTRATANTE ou da perda do vínculo.

1.1.11. DA IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS:

1.1.11.1. A CONTRATADA obriga-se a entregar nos endereços de domicílio dos beneficiários ou no endereço sede da CURITIBA S.A., no máximo em 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da matrícula, as carteiras assistenciais de identificação, de acordo com o Plano em que se encontrem inscritos e a mantê-las atualizadas

1.1.11.2. A CONTRATADA deverá fornecer gratuitamente as carteiras de identificação, de forma personalizada, as quais serão usadas exclusivamente quando da utilização dos serviços cobertos contratualmente.

1.1.11.3. Quaisquer prejuízos causados pelo uso indevido da Carteira de Identificação, durante o período em que permanecer cadastrado no plano de saúde e após a sua exclusão, serão única e exclusivamente de responsabilidade do beneficiário.

1.1.11.4. Em caso de extravio, o beneficiário se exime da responsabilidade de ressarcir os prejuízos causados após a comunicação do evento à CONTRATADA e ao CONTRATANTE.

1.1.11.5. No decorrer da execução contratual, as novas carteiras de identificação deverão ser enviadas aos beneficiários com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do vencimento das vigentes, de modo a possibilitar eventuais correções de dados em tempo hábil.

1.1.12. DO REEMBOLSO DE DESPESAS:

1.1.12.1. Será assegurado o reembolso das despesas realizadas nas localidades onde não exista rede própria ou credenciada e divulgada aos beneficiários, ou ainda, a critério do beneficiário, caso opte por atendimento junto a profissional ou estabelecimento não credenciado.

1.12.2. Será adotado coeficiente de reembolso (CR) a ser aplicado à tabela de honorários da Associação Médica Brasileira (AMB/92) ou outra que venha a lhe substituir, a fim de se conhecer o valor do reembolso a ser efetivamente praticado.

1.1.12.2.1. O valor inicial do Coeficiente de Reembolso utilizado na presente contratação será de no mínimo R\$ 1,00 (um real) e será corrigido pelo mesmo índice de reajuste e/ou revisão aplicados aos preços das mensalidades, e na mesma data.

1.1.12.2.1.1. Especificamente para os serviços de Fisioterapia e Psicologia, o Coeficiente de Reembolso será de no mínimo R\$ 0,80 (oitenta centavos), valor sujeito à aplicação do mesmo índice de reajuste e/ou revisão aplicados aos preços do contrato e na mesma data, bem como aos múltiplos estabelecidos no subitem 1.1.12.2.2.

1.1.12.2.2. A tabela de honorários a que se refere o subitem 1.1.12.2 será multiplicada por dois nas modalidades de plano “Básico” e “Superior”, a fim de se calcular, no caso de reembolso, o valor a ser efetivamente praticado.

1.1.12.2.3. A CONTRATADA deverá manter página na internet, que possibilite a solicitação de reembolso diretamente pelo beneficiário, seu acompanhamento, bem como consulta aos extratos mensais de utilização, dentre outros assuntos relacionados ao seu status.

1.1.12.2.4. Para facilitar o acesso pelos beneficiários, a tabela utilizada para cálculo de valor de reembolso deverá ser amplamente divulgada pela CONTRATADA em sua sede, em seu sítio na internet e na sede do CONTRATANTE, devendo ser indicados os meios de esclarecimento sobre a mencionada tabela, como por exemplo, atendimento por telefone ao consumidor;

1.1.12.2.5. A CONTRATADA fornecerá todas as informações necessárias para que o próprio beneficiário possa calcular o quanto receberá de reembolso, apresentando fórmula juntamente com a descrição de seus componentes, tais como: múltiplo de reembolso, unidade de reembolso, textos explicativos sobre o modo de efetivação do cálculo e o que mais se fizer necessário, devendo, ainda, esboçar tabela exemplificativa com os valores dos procedimentos mais utilizados, material este que será disponibilizado como anexo ao Contrato.

1.1.12.3. Fica estipulado o prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos para o pagamento do reembolso de despesas de consulta, exames e terapias e, para os demais procedimentos, até 20 (vinte) dias corridos, ambos contados a partir da data da solicitação.

1.1.12.4. O reembolso livre será somente nos termos previstos em legislação. Nas demais situações, ocorrerá conforme estipulado para a respectiva categoria de plano, nos termos deste edital.

1.1.12.5. Será de 1 (um) ano o prazo limite para apresentação do pedido de reembolso à CONTRATADA, contado a partir da data da expedição da nota fiscal e/ou recibo, ainda que venha a extrapolar o termo final do Contrato.

1.1.13. ENCARGOS DAS PARTES:

1.1.13.1. As partes devem cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

1.1.13.1.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

1.1.13.1.1.1. A CONTRATADA deverá assegurar aos beneficiários do CONTRATANTE a prestação dos serviços de acordo com as condições correspondentes a cada plano, conforme estabelecido em contrato e na Proposta apresentada, devendo os serviços médicos, hospitalares, diagnósticos e complementares ser realizados de acordo com os prazos estabelecido pela ANS ou em período menor, compatível com as necessidades clínicas do paciente.

1.1.13.1.1.2. A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a vigência do Contrato, o quantitativo da Rede Credenciada, bem como padrão de qualidade similar ou superior ao apresentado por ocasião da apresentação da proposta, sob pena de rescisão contratual.

1.1.13.1.1.3. A rede credenciada deverá estar disponível para consulta imediatamente após a assinatura do contrato e mantida atualizada para informação aos beneficiários, através de

atendimento telefônico 0800, por portal da operadora/seguradora na internet e por aplicativo de mensagens e eletrônico disponibilizado para acesso por tablet ou celular.

1.1.13.1.1.4. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, divulgar a todos os seus órgãos, inclusive ao plantão de atendimento telefônico, o teor completo deste Termo de Referência com todas as suas peculiaridades que o diferenciam do seu contrato padrão.

1.1.13.1.1.5. Mudanças de regras de procedimento, criação de novas rotinas e outras alterações (por exemplo, novas exigências para solicitações de senhas de internação, reembolso, alteração no horário de atendimento etc.) deverão ser comunicadas formalmente ao CONTRATANTE e aos gestores do Contrato no prazo de até 72 (setenta e duas) horas úteis antes da implantação, a fim de serem divulgadas aos beneficiários.

1.1.13.1.1.6. A CONTRATADA deverá elaborar e fornecer ao CONTRATANTE, pelo meio digital e com periodicidade mensal, relatórios contendo dados relativos aos quantitativos e perfil da utilização dos beneficiários, assim como, encaminhar mensalmente cópias detalhadas dos documentos fiscais ou comprovação eletrônica com discriminação de todas as despesas realizadas durante as internações e demais procedimentos, bem como, com periodicidade trimestral, informações em arquivo de dados, da rede credenciada do Plano de Saúde contratado, sem prejuízo do fornecimento de dados e outros documentos relativos ao custo do contrato necessários ao acompanhamento da sinistralidade.

1.1.13.1.1.6.1. Deverão ser apresentados relatórios mensais que demonstrem em números absolutos em percentuais, os diagnósticos, com base no CID que derem causa a internações clínicas, cirúrgicas, internações em regime de home care, realizadas ou reembolsadas sob a cobertura do plano de saúde.

1.1.13.1.1.6.2. Os relatórios mencionados no subitem 1.1.13.1.1.6 deverão ser confeccionados com diferenciação do Grupo "A", identificando-se os titulares e os dependentes.

1.1.13.1.1.7. A CONTRATADA deverá fornecer, em meio digital (em formato de ampla utilização, exemplo: xls, txt), sempre que solicitado, todas as informações relacionadas à prestação dos serviços, armazenadas em seus sistemas de gestão de atendimento e base de conhecimento.

1.1.13.1.1.8. A CONTRATADA deverá apresentar layout dos arquivos para transferência das informações e banco de dados referentes aos procedimentos médicos e hospitalares relativos aos beneficiários, bem como fornecer ao Gestor do Contrato, sempre que solicitado, faturas hospitalares dos maiores ofensores de custo do contrato.

1.1.13.1.1.8.1. As informações referidas no subitem 1.1.13.1.1.7 deverão ser encaminhadas ao CONTRATANTE mensalmente, sendo exigível a primeira informação no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do início do contrato, considerando o processamento e pagamento dos documentos fiscais pela CONTRATADA.

1.1.13.1.1.9. A CONTRATADA deverá disponibilizar atendimento telefônico 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aplicativos de mensagens, para efeito de liberação de senhas, relacionadas com o atendimento ou informações sobre os serviços contratados, inclusive com linha de telefone do tipo D.D.G., com prefixo 0800, nos moldes da legislação pertinente.

1.1.13.1.1.9.1. Sem prejuízo do disposto nos subitens 1.1.13 e 1.1.13.1.1.9, a CONTRATADA manterá atendimento exclusivo aos beneficiários do CONTRATANTE, inclusive em finais de semana e feriados, no horário de 11 às 19:00 h, por DDG com prefixo 0800 e/ou linha telefônica com prefixo de Curitiba (41).

1.1.13.1.1.10. Compromete-se a CONTRATADA em manter integralmente disponíveis os canais de comunicação elencados neste Termo de Referência.

1.1.13.1.1.11. Durante o primeiro ano do Contrato, e a cada ano, a CONTRATADA deverá realizar, nas dependências do CONTRATANTE, projetos ou campanhas para estimular a avaliação clínica e laboratorial periódica, com abordagem dos riscos cardiovasculares e oncológicos, com ênfase aos aparelhos digestivo, urinário e ginecológico, para todos os titulares do plano com idade superior a 45 anos.

1.1.13.1.1.12. Fica a CONTRATADA obrigada a promover e a manter programas específicos para prevenção de doenças crônicas ao longo da execução contratual, principalmente aquelas de predominância no perfil do grupo assistido.

1.1.13.1.1.13. Deverá a CONTRATADA emitir mensalmente, e remeter/disponibilizar a cada titular, demonstrativo por meio digital com as utilizações médicas, hospitalares, diagnósticas e de serviços auxiliares, discriminadas por beneficiário e mencionando data e valor de cada evento, com a finalidade de que os titulares identifiquem os serviços efetivamente prestados, e tenham conhecimento do custo de cada evento, como medida de incentivo do uso racional do plano de saúde.

1.1.13.1.1.14. A CONTRATADA deverá enviar ao CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, relatório onde constem todos os dados cadastrais dos beneficiários para conferência e eventuais correções.

1.1.13.1.1.15. O CONTRATANTE comunicará por escrito à CONTRATADA as deficiências porventura verificadas pelo Gestor do Contrato, que serão imediatamente corrigidas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

1.1.13.1.1.16. Cumprirá à CONTRATADA demonstrar histórico do tratamento das reclamações apresentadas pelos beneficiários.

1.1.13.1.1.17. A CONTRATADA deverá indicar, na data da assinatura do contrato, nome e telefone de 1 (um) profissional que atuará como preposto, que se encarregará do planejamento dos serviços e atuará como interlocutor da CONTRATADA junto ao CONTRATANTE.

1.1.13.1.1.17.1. A CONTRATADA deverá nomear substitutos para os momentos de ausência de qualquer dos prepostos, que ficará responsável pelo atendimento das demandas do CONTRATANTE, inclusive irregularidades verificadas pelo Gestor do Ajuste, devendo declinar, na data da assinatura do Contrato, os nomes e os números dos telefones desses profissionais.

1.1.13.1.1.18. Incumbe à CONTRATADA designar profissional médico auditor para contato técnico com o médico indicado pelo CONTRATANTE e o Gestor do Contrato (este último no que couber), a fim de tratarem de casos complexos e de alto custo, inclusive esclarecerem divergências sobre condutas e encaminhamentos no atendimento aos beneficiários.

1.1.13.1.1.19. A CONTRATADA deverá desenvolver seus serviços em regime de integração e colaboração com o CONTRATANTE, enviando imediatamente in loco, sempre que solicitado, preposto autorizado para resolver possíveis irregularidades identificadas pelo Gestor do Contrato.

1.1.13.1.1.20. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Gestor do Contrato em tempo nunca superior a 48 (quarenta e oito) horas, salvo por motivo justo e comprovadamente alheio à vontade da contratada, devendo resolver, imediatamente, questões emergenciais que vierem a se apresentar.

1.1.13.1.1.21. Deverá a CONTRATADA comunicar imediatamente quaisquer irregularidades que possam comprometer a eficiência, responsabilidade e qualidade dos serviços, dando ciência ao Gestor do Contrato, por escrito, para a adoção das providências cabíveis.

1.1.13.1.1.22. Subordina-se a CONTRATADA aos ditames da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

1.1.13.1.1.23. A CONTRATADA deverá manter limpos e organizados os locais onde houver prestação de serviços dentro das dependências do CONTRATANTE.

1.1.13.1.1.24. A CONTRATADA deverá dar plena e fiel execução ao contrato, respeitando todas as cláusulas e condições estabelecidas.

1.1.13.1.1.25. Não será admitida a cobrança de qualquer taxa pela CONTRATADA.

1.1.13.1.1.26. Deverá a CONTRATADA assumir objetivamente inteira responsabilidade civil e administrativa pelo fornecimento do objeto contratual, correndo por sua conta os ônus inerentes ao serviço prestado, tais como: encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, licenças, férias e documentos concernentes à contratação, inclusive seguros contra acidentes de trabalho, bem como indenizações decorrentes de todo e qualquer dano pessoal e material causados, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em decorrência da execução dos serviços contratados, providenciando imediata reparação dos prejuízos impostos ao CONTRATANTE ou a terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e honorários advocatícios.

1.1.13.1.1.27. Assume o compromisso, a CONTRATADA, de promover continuamente ações contra o aumento da sinistralidade e apresentar os respectivos resultados ao CONTRATANTE.

1.1.13.1.1.28. Compromete-se a CONTRATADA a criar e a manter plano de gestão de crises relativas a catástrofes naturais, para atendimento e tratamento mais célere aos beneficiários eventualmente afetados.

1.1.13.1.1.29. Responsabiliza-se a CONTRATADA por promover e manter frequente difusão de campanhas e de outras ações interessantes aos beneficiários, com base em plano estratégico de divulgação a ser apresentado ao CONTRATANTE.

1.1.13.1.1.30. Poderá a CONTRADADA apresentar parcerias realizadas com empresas de renome no mercado para oferta de vacinas com desconto, a serem pagas diretamente pelo beneficiário à parceira, sem qualquer ônus e responsabilidade do CONTRATANTE ou interferência na sinistralidade.

1.1.13.1.1.31. A CONTRATADA deverá comprovar antes da efetivação da contratação e manter durante toda vigência do contrato, as seguintes condições:

a) Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, nos termos da PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4, DE 11 DE MAIO DE 2016 e da Portaria MTP Nº 671, de 8 de novembro de 2021.

b) Não ter sido condenada a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2014 (promulgou o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT números 29 e 105;

c) Usar mão de obra capacitada, que assegure a execução integral dos serviços nos prazos convencionados com segurança e qualidade.

1.1.13.1.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

1.1.13.2.1. São obrigações do CONTRATANTE e Seções Judiciárias vinculadas as resultantes da observância da Lei 13.303/2016, da Lei 13.709/2018 (LGPD) do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A. e as descritas nos subitens abaixo.

1.1.13.2.2. Relacionar os beneficiários, quando da assinatura do contrato, por órgão de lotação, fazendo constar todas as informações exigidas em norma e, principalmente, seus nomes e qualificações completas, para fins de cadastramento, fornecendo tal relação à CONTRATADA na forma de arquivo de dados, para que esta possa promover o cadastramento dos beneficiários a partir desta base de dados.

1.1.13.2.3. Informar periodicamente à CONTRATADA, por meio digital, qualquer movimentação cadastral (inclusão, exclusão de beneficiário, downgrade e upgrade).

1.1.13.2.4. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência.

1.1.13.2.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

1.1.13.2.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

1.2. PRAZO DE VIGÊNCIA/PRAZO DE ENTREGA:

1.21. Prazo de vigência do contrato: 60 (sessenta) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A.

1.3 PRAZO DE GARANTIA/PRAZO DE VALIDADE:

Não se aplica.

1.4. CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO PERÍODO DE GARANTIA:

Não se aplica.

1.5. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS - REGRAS:

Não se aplica.

1.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.6.1 - Conforme subitem 11.5 do Edital.

1.7 VISTORIA:

Não se aplica.

1.8 METAS FÍSICAS:

1.8.1. Economia na contratação - tanto para a CURITIBA S.A, quanto para os beneficiários, decorrente do menor preço global e checagens para controle de qualidade da prestação da serviço.

1.8.2. Contribuir para a efetivação das políticas de gestão de saúde determinadas pelos Órgãos governamentais de controle, inclusive em observância à Política de Atenção Integral à Saúde instituída pela Resolução nº 207/2015, do Conselho Nacional de Justiça, bem como as implantadas pela CURITIBA S.A. em seu âmbito de abrangência e de acordo com as suas necessidades, considerando o perfil epidemiológico da sua força de trabalho;

1.8.3. Manutenção da qualidade de vida, através da satisfação, tranquilidade, segurança e bem estar dos participantes da apólice, o que se refletirá em menor percentual de absenteísmo ao trabalho e no aumento da produtividade;

1.8.4. Tranquilidade e segurança aos titulares decorrentes da proteção dada à sua família (dependentes e agregados), inscrita no plano/seguro-saúde.

1.9. LOCAL DE ENTREGA/LOCAL DE EXECUÇÃO:

1.9.1. Abrangência nacional.

1.10. CONDIÇÕES ESPECIAIS DE RECEBIMENTO:

Não se aplica.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A contratação visa a proporcionar a assistência médica complementar, prevista no Acordo Coletivo de Trabalho dos funcionários da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S.A, a fim de possibilitar o acesso a plano/seguro coletivo empresarial de assistência à saúde em melhores condições de qualidade e preços do que os disponíveis no mercado de modo geral.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. Contratação do serviço de plano/seguro-saúde para atender os funcionários da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S.A, através de empresa operadora de plano/seguro saúde, que já possua experiência na mercado para atendimento a todo o quantitativo de possíveis vidas para garantia da ampla assistência à saúde 24 (vinte e quatro) horas, através de rede credenciada de qualidade em todo o território nacional, mas principalmente na cidade de Curitiba e

Região Metropolitana, e a preços mais acessíveis do que os praticados para os planos de saúde comerciais.

3.2. A indicação, através deste Termo de Referência, de um produto adequado inclusive ao perfil epidemiológico do grupo acarreta mais segurança e qualidade de vida ao usuário e consequentemente diminuição do absenteísmo ao trabalho.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 REQUISITOS TÉCNICOS E DE QUALIDADE

4.1.1. O plano/seguuro-saúde deverá ser prestado de forma contínua, abranger todo o território nacional e englobar os segmentos ambulatorial, hospitalar e obstetrícia, com as exigências mínimas estabelecidas nos incisos I, II, III, V, VI e VII do artigo 12 da Lei nº 9.656/98, com as coberturas obrigatórias asseguradas por lei e por normas complementares da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS/MS), para execução, de forma indireta e contínua, de serviço de assistência médica complementar.

4.1.2. Deverá o produto preencher os seguintes requisitos:

4.1.2.1. Estar devidamente registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar, em plenas condições de imediata utilização e possuir capacidade para albergar aproximadamente 53 (cinquenta e três) vidas, distribuídas entre titulares e dependentes vinculados a CURITIBA S.A, bem como atender às especificidades postas no Termo de Referência que diferenciem o produto dos demais em atividade no mercado;

4.1.2.2. Sem prejuízo de uma rede mínima de hospitais a prestação do serviço deve abranger todo o território nacional, mas principalmente em Curitiba e Região Metropolitana.

4.1.3. Os prestadores de serviços que deverão estar diretamente ligados ao complexo empresarial da empresa fornecedora do produto a ser licitado, contando com o credenciamento de pelo menos: a) Pelo menos 30 (trinta) hospitais/clínicas; b) Pelo menos 10 (dez) laboratórios de análises clínicas; c) Pelo menos 10 (dez) laboratórios de radiologia e diagnóstico por imagem.

4.1.4. Além da rede mínima, deverá ser observado o que dispõe o subitem 1.1.9.

4.1.5. Apesar da vasta rede credenciada, deverá comportar a livre opção do usuário por prestadores de serviços médicos fora da rede de credenciados, com direito a reembolso;

4.1.6. Conter 2 (duas) categorias: Plano Básico Enfermaria e Plano Básico Quarto Privativo.

4.2. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE:

4.2.1. Prestação de serviço que possibilite proteção, segurança, tranquilidade e manutenção da qualidade de vida, saúde e bem estar dos funcionários da CURITIBA S.A, e também dos seus respectivos grupos familiares, podendo ocasionar redução nos índices de absenteísmo, aumento da produtividade, melhora da saúde mental e física para o eficiente exercício da vida laboral, influenciando diretamente no ambiente de trabalho.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (RESULTADOS ESPERADOS):

5.1. Como resultados pretendidos, vislumbra-se:

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A
Rua Barão do Rio Branco, 45 – 7º andar – Centro – Curitiba – Pr
80.010-180 - Fone 41 3221-8800 / 3221-8820
www.curitibasa.com.br

5.1.2. a economia na contratação - tanto para a CURITIBA S.A., quanto para os beneficiários, decorrente do menor preço global e checagens para controle de qualidade da prestação do serviço;

5.1.3. contribuir para a efetivação das políticas de gestão de saúde determinadas pelos Órgãos governamentais de controle, inclusive em observância à Política de Atenção Integral à Saúde instituída pela Resolução nº 207/2015, do Conselho Nacional de Justiça, bem como as implantadas pela CURITIBA S.A em seu âmbito de abrangência e de acordo com as suas necessidades, considerando o perfil epidemiológico da sua força de trabalho;

5.1.4. a manutenção da qualidade de vida, através da satisfação, tranquilidade, segurança e bem estar dos funcionários participantes da apólice, o que se refletirá em menor percentual de absenteísmo ao trabalho e no aumento da produtividade;

5.1.5. tranquilidade e segurança aos titulares decorrentes da proteção dada à sua família (dependentes e agregados), inscrita no plano/seguro-saúde.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

6.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por setor e gestores especificamente nomeados para tal finalidade, do seguinte modo:

6.1.1. checagem rigorosa da conformidade da rede de credenciados oferecida pela empresa com as exigências postas no Termo de Referência relativas ao produto;

6.1.2. acompanhamento do atendimento prestado aos beneficiários,

6.1.3. acolhimento dos beneficiários e acompanhamento das demandas por eles apresentadas ao setor até a solução definitiva, na tentativa de evitar a judicialização;

6.1.4. relacionamento direto com a empresa contratada e intermediação entre a CURITIBA S.A e a empresa, visando ao controle de demandas, bem como às melhorias que se fizerem necessárias no curso da execução contratual;

6.1.5. acompanhamento de leis e normas administrativas vigentes ou que venham a ser expedidas pelos Órgãos governamentais de controle sobre a matéria, inclusive as decisões emanadas do Poder Judiciário;

6.1.6. conferência das faturas, corrigindo eventuais falhas nas informações nelas descritas, de modo a adequá-las efetivamente ao custo contratado;

6.1.7. geração de dados estatísticos para estudo e implantação de medidas tendentes a maior eficiência na prestação do serviço;

6.1.8. análise e implantação de medidas com vistas ao controle da sinistralidade;

6.1.9. e outras diversas atribuições que já são desenvolvidas ou que venham a ser necessárias para o regular e eficiente desempenho da execução contratual.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente ou boleto bancário, indicada pela CONTRATADA, entre os dias 15 e 30 do mês referente ao

da apresentação do documento fiscal, devidamente atestado pelo setor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução contratual, considerando, além da conformidade com os registros de beneficiários (correlação de faixas etárias e valores de mensalidades), os relatórios de Instrumento de Medição de Resultado gerados a cada mês.

7.1.1. No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

7.1.2. Para fins do disposto no item 7.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

7.2. O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 7.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

7.4. A CONTRATADA que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

7.5. A CONTRATADA optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1540 de 05/01/2015 e nº 1552 de 02/03/2015;

7.6. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU).

7.6.1. A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1. Trata-se de prestação de serviço comum, a ser contratado pela modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1 - O custo estimado será indicado na planilha anexa ao Edital.

PLANO	Preço	Quantidade			Valor
FX ETÁRIA	Unitário	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
00-18		15	3	12	
19-23		3	2	1	
24-28		1	1		
29-33		0			
34-38		2	1	1	
39-43		7	5	2	
44-48		7	2	5	
49-53		1		1	
54-58		6	4	2	
59>		11	5	6	

53

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1. Trata-se de prestação de serviço mensal e continuado, a ser pago com Recursos Próprios da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S.A

11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR):

11.1. O controle de qualidade da prestação do serviço ocorrerá com o auxílio de tabela para o acompanhamento de demandas formuladas pelo setor responsável pela gestão do contrato e também com a utilização do Índice de Medição de Resultado, conforme tabela constante de Anexo ao Edital.

12. ANÁLISE DE RISCOS:

12.1. Análise de riscos relativa à presente contratação consta da planilha anexa ao Edital.

13. ANEXOS:

Os anexos ao presente termo constarão no Edital.

ANEXO II – ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

Atendimento para autorização de exames, internações e demais procedimentos		
01	Finalidade	Garantir atendimento célere para autorização de exames, internações e demais procedimentos.
02	Meta a cumprir	Mínimo de 70% de avaliações positivas dentre os usuários que fizeram registro da ocorrência junto à Operadora/Seguradora.
03	Instrumento de medição	Pesquisa de satisfação respondida pelo beneficiário.
04	Forma de acompanhamento	Planilha elaborada pelo gestor do contrato.
05	Periodicidade	Mensal
06	Mecanismos de cálculo	O serviço será verificado e valorado em termos do percentual de avaliações positivas dentre os usuários que fizeram registro da ocorrência junto à Operadora/Seguradora e coletadas ao término de cada semestre, conforme a seguinte fórmula: $(n^{\circ} \text{ de questionários com avaliações positivas} / n^{\circ} \text{ de questionários válidos respondidos}) \times 100 = X \%$
07	Início de vigência	Data de assinatura do contrato.
08	Faixas de ajuste no pagamento	70 a 100 % – pagamento integral 50 a 69% – pagamento de 99,8% do valor mensal do contrato, no mês subsequente ao da realização da avaliação semestral. 30 a 49% – pagamento de 99,5% do valor mensal do contrato, no mês subsequente ao da realização da avaliação semestral. 10 a 29% – pagamento de 98 % do valor mensal do contrato, no mês subsequente ao da realização da avaliação semestral.
9	Sanções	Abaixo de 10%: multa de 5% sobre o valor mensal do contrato.

ANEXO III – MATRIZ DE RISCOS

1 - RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Risco 1: licitação deserta: licitação fracassada, deserta ou contratação deficiente, gastos com processo licitatório, atraso na contratação		Probabilidade: média
---	--	----------------------

Id.	Dano	Impacto
1	Atraso na contratação e consequente impossibilidade de aquisição do serviço.	Alto
Id.	Ação preventiva	Responsável
1	Contatar empresas do ramo para divulgar a publicação do Edital.	Contratante
Id.	Ação de contingência	Responsável
1	Corrigir deficiências eventualmente detectadas nos estudos preliminares, inclusive imprimindo maior clareza na descrição do serviço quanto às suas especificações	Setores responsáveis pela contratação
2	Repetir o certame e ampliar a ação preventiva para alcançar mais empresas.	Contratante

Risco 2: não cumprimento das exigências contratuais ou falha na prestação do serviço: diminuição da rede credenciada estabelecida em contrato, não pagamento de reembolso.		Probabilidade: baixa
--	--	----------------------

Id.	Dano	Impacto
1	Impossibilidade de utilização da rede estabelecida em contrato e prejuízo financeiro ao usuário.	Alto
Id.	Ação preventiva	Responsável
1	Estabelecer e controlar as demandas dos beneficiários e com alinhamento de rotinas para solução dos problemas, entre a empresa prestadora do serviço e o setor de gestão do contrato.	Setor responsável pela contratação
2	Sanear falhas eventualmente identificadas pela gestão do contrato, a partir do relacionamento direto com a contratada, sobretudo acerca das situações que impliquem risco de vida.	Setor responsável pela contratação
Id.	Ação de contingência	Responsável
1	Manter rotina de checagem da rede credenciada e das normas atinentes ao serviço	Setor responsável pela contratação

2	Manter controle das demandas dos beneficiários.	Setor responsável pela contratação
3	Sanear falhas eventualmente identificadas pela gestão do contrato, a partir do relacionamento direto com a contratada, sobretudo acerca das situações que impliquem risco de vida.	Setor responsável pela contratação
4	Encaminhar expediente para a Divisão de Contratos para aplicação das penalidades previstas em contrato.	Setor responsável pela contratação

Risco 3: aumento da sinistralidade acima de 75%.		Probabilidade: média
Id.	Dano	Impacto
1	Reajuste das mensalidades com base no excedente, além do desejado pelos usuários; diminuição do número de beneficiários por solicitações de desligamento.	Alto
Id.	Ação preventiva	Responsável
1	Estabelecer e manter políticas de controle de custos através de programas de saúde e campanhas para esclarecimento promovidos pelo próprio fornecedor do serviço e/ou pelo Contratante.	Setor responsável pela contratação
2	Controlar quantitativa e qualitativamente a rede credenciada, bem como as demandas dos beneficiários, com vistas ao equilíbrio.	Setor responsável pela contratação
3	Sanear falhas eventualmente identificadas na execução contratual.	Setor responsável pela contratação
4	Alinhar rotinas tendentes à contenção da sinistralidade.	Setor responsável pela contratação
5	Apresentação de relatórios de gestão pela contratada para acompanhar o andamento da sinistralidade.	Setor responsável pela contratação
Id.	Ação de contingência	Responsável
1	Manter políticas de controle de custos através de programas de saúde e campanhas para esclarecimento promovidos pelo próprio fornecedor do serviço e/ou pelo Contratante.	Setor responsável pela contratação



2	Controlar quantitativa e qualitativamente a rede credenciada, bem como as demandas dos beneficiários, com vistas ao equilíbrio.	Setor responsável pela contratação
3	Sanear falhas eventualmente identificadas na execução contratual.	Setor responsável pela contratação
4	Alinhar e manter rotinas tendentes à contenção da sinistralidade.	Setor responsável pela contratação
4	Encaminhar expediente para a Divisão de Contratos para aplicação das penalidades previstas em contrato.	Setor responsável pela contratação

ANEXO IV - PLANILHA DE PROPOSTA E FORMAÇÃO DE PREÇO

Local, Dia / Mês / Ano

À

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S.A

Rua Barão do Rio Branco, n.º 45 – 7º andar, Centro - Curitiba - Paraná

Ref.: Pregão Eletrônico N.º 003/2024

Prezados Senhores:

De acordo com o estabelecido no instrumento convocatório da licitação em epígrafe, informamos que:

A (Qualificação da empresa proponente)_____ abaixo assinada, atendendo o contido no Edital de **Pregão Eletrônico n.º 003/2024 –CURITIBA S.A**, apresenta como segue, proposta para a contratação de empresa especializada no ramo de plano ou seguro privado de assistência à saúde para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e ambulatorial, laboratorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnósticos, terapia e internações, na modalidade **COLETIVO, DO TIPO PLANO BÁSICO EM ENFERMARIA - COBERTURA REGIONAL e DO TIPO OPCIONAL - APARTAMENTO INDIVIDUAL– COBERTURA NACIONAL**, com módulo obstétrico para optantes, incluindo **REEMBOLSO** que ocorrerão somente na forma e nos prazos da Lei 9.656/98 e Resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, no total estimado de **53 (cinquenta e três)** vidas, conforme informações registradas no cadastro de pessoal desta empresa no mês de **FEVEREIRO de 2024**, mediante as condições estabelecidas neste **EDITAL** e seus anexos, para a qual declara preliminar e especificamente que:

1. Concorda com as condições estabelecidas no Edital de **PE n.º 003/2024 –CURITIBA S.A** e anexos;
2. Concorda explicitamente com as condições contratuais propostas pela **CURITIBA S.A**, constantes das instruções para a licitação, caso seja a vencedora;

3. O prazo para a prestação dos serviços é de **60 (sessenta)** meses consecutivos, contados a partir de _____.
4. Forma de Pagamento: O prazo de pagamento será fixado no respectivo instrumento convocatório e contratual, devendo a nota fiscal ou fatura estar obrigatoriamente acompanhada de comprovação da regularidade prevista em edital.
5. O prazo de validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data da abertura da licitação.
6. Declara que conhecem todos os detalhes e condições de execução dos serviços, constatando a existência de condições para o início da prestação de serviços quando autorizado;
7. Declara que os serviços serão prestados conforme previsto no edital.

PLANO**Amb - Enfermaria**

FX ETÁRIA	Preço Unitário	Quantidade	Valor Total
00-18		15	
19-23		3	
24-28		1	
29-33		0	
34-38		2	
39-43		7	
44-48		7	
49-53		1	
54-58		6	
59>		11	

**TOTALS**

53

R\$

TABELAS DO PLANO OPCIONAL

PLANO

Amb - Apartamento

FX ETÁRIA

Preço Unitário

Quantidade

Valor Total

00-18

15

19-23

3

24-28

1

29-33

0

34-38

2

39-43

7

44-48

7

49-53

1

54-58

6

59>

11

TOTAIS

53

Atenciosamente,

Assinatura (representante legal da Licitante)

Obs.: Para procurador constituído, é necessária a juntada do respectivo instrumento.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A
Rua Barão do Rio Branco, 45 – 7º andar – Centro – Curitiba – Pr
80.010-180 - Fone 41 3221-8800 / 3221-8820
www.curitibasa.com.br

ANEXO V DECLARAÇÃO DE BENEFÍCIO MICROEMPRESAS

(Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024

Declaro, sob as penas da Lei, que a empresa (...) não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

CNPJ: –

EMPRESA

DATA

ASSINATURA

ANEXO VI - DECLARAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024

_____ DECLARA, em face do disposto no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA, que: () não há em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:

Parentesco:

Órgão: CC*

MPJ* _____ *

CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Público

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Curitiba,

(Assinatura)

ANEXO VII - DECLARAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024

____DECLARO, em face do disposto no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., que: () não tenho parentesco com nenhum Membro do Poder Público Municipal ou funcionário que exerce cargo em comissão de direção e assessoramento.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome: Parentesco:

Órgão: CC*

MPJ* _____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Público

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Curitiba,

(Assinatura)

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024

_____, DECLARO, sob as penas da lei, que não estou incurso(a) em qualquer das hipóteses previstas em lei ou nos artigos 1º e 2º da Resolução nº 156 de 08.08.2012 do Conselho Nacional de Justiça. Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração e, ainda, a entregar as Certidões constantes do Art. 5º, §1º da resolução 156/12- CNJ, acompanhadas do comprovante de autenticidade. Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Curitiba,

(Assinatura)

ANEXO IX MINUTA DO CONTRATO

Contrato n.º xx para prestação de serviços de assistência médica complementar através de plano ou seguro privado de assistência à saúde, com cobertura em todo território nacional, entre si celebram a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A.** e a empresa **XXXXXXX**.

A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A.**, sociedade de economia mista Municipal, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.493.899/0001-93 com sede na Rua Barão do Rio Branco, 45 – 7º andar, Centro, nesta capital, neste ato representada por seu Diretor Presidente _____, CPF/MF nº _____, e por seu Diretor Administrativo e Financeiro, _____, CPF/MF nº _____, assistidos pela Supervisora Jurídica, **SANDRA REGINA S. ROMANIELLO**, inscrita na OAB-PR sob nº 18.190, neste ato denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa [inserir razão social completo], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº [inserir cnpj completo], estabelecido [inserir endereço completo], representado pelo seu [inserir cargo], Senhor(a) [inserir nome completo], portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ [inserir número e órgão expedidor/unidade da federação completo] e CPF (MF) nº _____ [inserir número do cpf completo] _____, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social], doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado o **Processo Administrativo nº 01-144.959/2024 – Pregão Eletrônico n.º 003/2024**, tem entre si, justo e acordado, o presente Contrato, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

1.1 - Contratação de empresa especializada em prestação de serviços, de forma indireta e contínua, em assistência médica complementar a funcionários e dependentes da CURITIBA S.A, através de plano ou seguro privado de assistência à saúde, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e com cobertura em todo território nacional, englobando os segmentos ambulatorial, hospitalar e obstetrícia, com as exigências mínimas estabelecidas nos incisos I, II, III, V, VI e VII do artigo 12 da Lei nº 9.656/98, com as coberturas obrigatórias asseguradas por lei e por normas complementares da citada Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS/MS), conforme especificações constantes nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2024, e na forma estabelecida nas cláusulas deste Contrato e seu Anexo.

1.2 - Os serviços descritos no item 1.1 deverão atender ao disposto na Lei nº 9.656 de 1998 e nas coberturas e regulações estabelecidas nas Resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, mais atualizadas e as que se sucederem.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1 - GRUPOS DE BENEFICIÁRIOS:

2.1.1 - A contratação atenderá aos seguintes grupos de beneficiários, observando que a inclusão de dependentes e agregados deverá respeitar as condições e possibilidades previstas em normativa interna do Contratante:

a) Titulares:

I - funcionários, incluídos os cedidos, os removidos, os requisitados e os ocupantes exclusivamente de cargo em comissão;

b) Dependentes dos titulares elencados na alínea “a”, inciso I, acima:

I - o cônjuge, o companheiro ou companheira de união estável hétero ou homoafetiva;

II - a pessoa desquitada, separada judicialmente ou divorciada, que perceba pensão alimentícia do titular;

III - os filhos e enteados, solteiros, até 21 (vinte e um) anos de idade ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez;

IV - os filhos e enteados, entre 21 (vinte e um) e 24 (vinte e quatro) anos de idade, dependentes econômicos do titular e estudantes de curso regular reconhecido pelo Ministério da Educação;

V - o menor sob guarda ou tutela concedida por decisão judicial;

2.2 – DA ADESÃO PELOS BENEFICIÁRIOS:

2.2.1 - Estima-se para este Contrato um total de 53 (cinquenta e três) possíveis beneficiários relativos ao GRUPO A (descritos no item 2.1.1.1), distribuídos por faixa etária conforme tabela abaixo:

PLANO	Preço	ENFERMARIA	Valor
FX ETÁRIA	Unitário	Quantidade	TOTAL
00-18			
19-23			
24-28			
29-33			
34-38			
39-43			

44-48			
49-53			
54-58			
59>			
Total 53 vidas			

PLANO	Preço	QUARTO	Valor
FX ETÁRIA	Unitário	Quantidade	TOTAL
00-18			
19-23			
24-28			
29-33			
34-38			
39-43			
44-48			
49-53			
54-58			
59>			
Total 53 vidas			

2.2.2 - A adesão dos beneficiários é facultativa, não havendo nenhuma obrigatoriedade de permanência no plano de assistência à saúde, igualmente não se responsabilizando o Contratante

pelo número de beneficiários que venha a aderir ao Contrato, nem pela distribuição destes nas modalidades de plano de saúde (produtos) disponíveis.

2.2.3 - O número de beneficiários informados nos subitens 2.2.1 poderá variar ao longo do Contrato, pelas adesões e exclusões que possam ocorrer.

2.3 – TIPOS DE PLANOS:

2.3.1 - O Contratante tem como objetivo a contratação do Plano Básico “1” (conforme alínea “b” do subitem 2.3.1.1), a ser oferecido aos beneficiários elencados no GRUPO A (conforme subitem 2.1.1.1), facultada a opção por modalidade de cobertura inferior ou superior, sendo de responsabilidade dos titulares as correspondentes parcelas não custeadas pelo Contratante, bem como as diferenças de custo entre as modalidades, observadas ainda as demais regras contidas no presente subitem.

2.3.1.1 - Os beneficiários do GRUPO A poderão escolher os seguintes tipos de Plano:

a) Plano Básico “1”, com internação em enfermarias, contendo as coberturas assistenciais e direitos previstos no presente Contrato e mesma rede hospitalar do plano de referência da presente contratação (Plano Básico “2”), excluindo-se apenas aqueles hospitais que não possuam acomodação da modalidade enfermaria para as internações;

b) Plano Básico “2”, com internações em quarto individual com banheiro privativo e direito a acompanhante, sob cobertura da Contratada, independentemente da faixa etária do paciente;

2.3.1.2 – Os dependentes podem ser matriculados e permanecer no mesmo tipo de plano do titular ou superior, mas nunca em categoria inferior.

2.3.1.3 - A Contratada deverá estar ciente de que a opção pelo tipo de acomodação (quarto individual ou enfermaria) ficará a cargo dos usuários do plano.

2.4 – DA REDE CREDENCIADA:

Descrita detalhadamente no item 1.8 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2024.

2.5 – DOS RECURSOS HOSPITALARES:

Descritos detalhadamente no Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2024.

2.6 – DAS COBERTURAS ASSISTENCIAIS:

Descritas detalhadamente no Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2024.

2.7 – DOS PRAZOS DE CARÊNCIAS, INCLUSÕES E EXCLUSÕES:

Descritos detalhadamente no Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2024.

2.8 – DA IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS:

2.8.1 - A Contratada obriga-se a entregar nos endereços de domicílio dos beneficiários, no máximo em 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do Contrato ou da matrícula, as carteiras assistenciais de identificação, de acordo com o Plano em que se encontrem inscritos e a mantê-las atualizadas.

2.8.2 - A Contratada deverá fornecer gratuitamente as carteiras de identificação, de forma personalizada, as quais serão usadas exclusivamente quando da utilização dos serviços cobertos contratualmente.

2.8.3 - Quaisquer prejuízos causados pelo uso indevido da Carteira de Identificação, durante o período em que permanecer cadastrado no plano de saúde e após a sua exclusão, serão única e exclusivamente de responsabilidade do beneficiário.

2.8.4 - Em caso de extravio, o beneficiário se exime da responsabilidade de ressarcir os prejuízos causados após a comunicação do evento à Contratada e ao Contratante.

2.8.5 - No decorrer da execução contratual, as novas carteiras de identificação deverão ser enviadas aos beneficiários com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do vencimento das vigentes, de modo a possibilitar eventuais correções de dados em tempo hábil.

2.9 - DO REEMBOLSO DE DESPESAS:

2.10.1 – Descrito detalhadamente no Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2024.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES:

3.1 – DA CONTRATADA:

3.1.1 - São obrigações da Contratada, além das constantes no Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, parte integrante deste Contrato, as previstas nesta Cláusula:

3.1.2 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas a especificações, sob pena de rescisão contratual.

3.1.3 – É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

3.1.3.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato.

3.1.4 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha

reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento.

3.1.4.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da empresa alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo V do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

3.1.5 – É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição da CONTRATANTE para o exercício de funções de chefia ou cargo em comissão.

3.1.5.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pelo(s) funcionário(s) no exercício de cargo/função de chefia, alocado(s) na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo VI do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e da apresentação das certidões mencionadas na aludida Declaração.

3.1.6 - O prazo para apresentação das declarações e certidões mencionadas nos subitens 3.1.4.1 e 3.1.5.1 será de 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato;

3.1.7 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas no Código de Conduta e Integridade da CURITIBA S.A. a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito da prestação do serviço.

3.1.7.1 – Aplica-se a Resolução mencionada no subitem anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho na CURITIBA S.A, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

3.1.8 - A Contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme determinação do art. 92, inciso XVII, da Lei nº 14.133/21.

3.2 – DO CONTRATANTE:

3.2.1 - São obrigações do Contratante resultantes da observância da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), da Lei 13.709/2018 (LGPD) e as descritas nos subitens abaixo:

3.2.1.1 - Relacionar os beneficiários, quando da assinatura do Contrato, por órgão de lotação, fazendo constar da relação todas as informações exigidas em norma e, principalmente, seus nomes e qualificações completas, para fins de cadastramento, fornecendo tal relação à Contratada na forma de arquivo de dados, para que esta possa promover o cadastramento dos beneficiários a partir desta base de dados.

3.2.1.2 - Informar periodicamente à Contratada, por meio digital, qualquer movimentação cadastral (inclusão, exclusão de beneficiário, downgrade e upgrade).

3.2.1.3 - Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência.

3.2.1.4 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

3.2.1.5 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

4 – CLÁUSULA QUARTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

O recebimento do objeto deste Contrato está discriminado detalhadamente no ITEM 14 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DA GARANTIA CONTRATUAL:

5.1 – Para assegurar o fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, de acordo com as modalidades elencadas no artigo 134 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A. no valor de R\$ _____ (_____), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor anual deste Contrato.

5.1.1 - A garantia mencionada no item anterior deverá ser apresentada ao Contratante no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante, exceto o seguro-garantia.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO, DA FORMA DE REAJUSTE, DA SINISTRALIDADE E DO PAGAMENTO:

6.1 - DO PREÇO:

6.1.1 - A massa segurada estará enquadrada por faixa etária composta por titulares e dependentes diretos, correspondentes aos subitens 2.1.1.1 da Cláusula Segunda deste Contrato.

PLANO	Preço		Valor
FX ETÁRIA	Unitário	Quantidade	TOTAL
00-18			
19-23			
24-28			
29-33			
34-38			
39-43			

44-48			
49-53			
54-58			
59>			
Total 52 vidas			

6.1.2 - O Valor GLOBAL estimado deste Contrato é de R\$ _____ (_____);

6.1.3 – A incidência tributária e demais encargos deverão estar incluídos no preço proposto.

6.2 - DO REAJUSTE E DA SINISTRALIDADE:

6.2.1 - DO REAJUSTE:

6.2.1.1 – Os preços inicialmente contratados serão reajustados após a periodicidade de 01 (um) ano, contada da data do orçamento estimado pela Administração em ____/____/2024, ou da última atualização do valor contratual em conformidade com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A.

6.2.1.2 - O reajustamento dos preços será feito com base na variação do VCMH (Variação de Custos Médicos Hospitalares) exclusivamente para obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, ou, na sua falta, por qualquer outro índice que reflita a variação monetária no período, a critério da ANS, que será apurado no período de 12 (doze) meses consecutivos, e o tempo de antecedência em meses da aplicação do reajuste em relação à data-base de aniversário, considerada esta o mês de assinatura do contrato

6.2.1.3 - Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

6.2.1.4 - A Contratada deverá manifestar o interesse no reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, devendo apresentar o demonstrativo de que trata o subitem 6.2.1.3, tão logo seja divulgado o índice oficial previsto no subitem 6.2.1.2.

6.2.1.5 - A não formalização do pedido de reajustamento pela Contratada ou, ainda, a sua formalização intempestivamente, ou seja, após a prorrogação do ajuste, acarretará a preclusão do direito de reajustar.

6.2.1.6 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.2.1.7 - O reajuste será realizado por apostilamento.

6.2.2 - DA SINISTRALIDADE:

6.2.2.1 – A Contratada poderá rever o Contrato em função da sinistralidade, caso seja ultrapassado o percentual de 70% (setenta por cento).

6.2.2.2 - A revisão da sinistralidade de que trata o subitem anterior será realizada a cada ano.

6.2.2.3 - A sinistralidade de que trata o subitem 6.2.2.1 deverá ser apurada de forma linear.

6.2.2.4 - O percentual de revisão será apurado pela média das sinistralidades verificadas mensalmente, observando a periodicidade constante do subitem 6.2.2.2.

6.2.2.5 - A Contratada, para fins de acompanhamento de apuração da sinistralidade pelo Contratante, deverá encaminhar mensalmente, relatórios de prêmio e sinistro.

6.2.2.6 - Incumbirá à Contratada a demonstração do cálculo da sinistralidade e memória de cálculo respectiva, como pré-requisito para a revisão do preço.

6.2.2.6.1 - A revisão do preço com base no cálculo de sinistralidade somente poderá ser aplicada no que superar o índice de reajuste anual estabelecido no Contrato.

6.2.2.7 - Quaisquer serviços prestados a titular ou dependente decorrente de medida judicial não poderão ser considerados para fins de apuração da sinistralidade ou qualquer outro encargo contratual.

6.2.3. Nos casos de aplicação de reajuste por sinistralidade, o mesmo deverá ser procedido de forma complementar ao especificado no inciso 18.1., acima.

6.2.4. Fica assegurada a contratada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro (cálculo atuarial) desde que fundamentada em fato superveniente, que altere as condições de execução do contrato consoante Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A.

6.3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.3.1 – O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária, depósito ou boleto bancário, em conta corrente, indicada pela Contratada, entre os dias 25 e 30 do mês referente ao da apresentação do documento fiscal, devidamente atestado pelo setor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, considerando, além da conformidade com os registros de beneficiários (correlação de faixas etárias e valores de mensalidades), os relatórios de Instrumento de Medição de Resultado gerados a cada mês, de acordo com a Cláusula Décima Segunda deste Contrato.

6.3.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes.

6.3.1.3 - Para fins do disposto no item 6.3.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

6.3.2 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU).

6.3.3 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

6.3.4 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 6.3.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.3.5 - Caso a Contratada se enquadre na hipótese de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do documento fiscal.

6.3.5.1 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1540, de 05/01/2015, e nº 1.552, de 02/03/2015.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1 – As despesas decorrentes da prestação de serviços objeto deste Contrato correrão à conta dos recursos próprios da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S.A, conforme mencionado no Edital do Pregão Eletrônico 003/2024.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES:

8.1 - São aplicáveis às sanções administrativas previstas nos artigos 177 a 184 do RILC.

8.2 – A CONTRATADA estará sujeita às seguintes multas, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação em vigor, neste Edital e na legislação aplicável:

8.2.1 - Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Edital, será aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

8.2.2 - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, pela inexecução parcial do ajuste e suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CURITIBA S.A por até 01 (um) ano, contados da publicação no Diário Oficial do Município de tal medida punitiva;

8.2.3 - Multa de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, por inexecução total do ajuste e suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CURITIBA S.A., por até 02 (dois) anos, contados da publicação no Diário Oficial do Município de tal medida punitiva;

8.2.4 - Multa de 1% (um por cento) ao dia no caso de atraso na execução dos serviços ou pelo não cumprimento dos prazos de atendimento, calculada sobre o valor da parcela em atraso, limitada a 30% (trinta por cento) do valor dessa parcela.

8.2.5 - Após o 30º (trigésimo) dia corrido a Administração poderá não mais aceitar o objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, sem prejuízo do cancelamento unilateral da avença, que ensejará a desconsideração da multa prevista no subitem anterior e a imposição das sanções previstas no item 8.2.2 ou 8.2.3.

8.2.6 - Multa de 1% (um por cento) calculada sobre o valor do contrato, no caso de descumprimento das demais obrigações previstas neste instrumento para as quais não haja penalidade específica cominada.

8.3 - As penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente.

8.4 - Será propiciada defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nos itens precedentes.

8.5 - Os valores pertinentes à multas aplicadas, serão descontados dos créditos que a CONTRATADA tiver direito ou cobrados judicialmente.

8.5.1 - Caso a CONTRATADA não disponha de valores a receber da CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido um prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento. Decorrido esse prazo sem o recolhimento dos valores, a Administração procederá a cobrança judicial dos valores.

8.6 - As penalidades aqui previstas têm caráter de sanção administrativa, sendo que sua aplicação não exime a CONTRATADA de reparar eventuais perdas e danos que seus atos venham a acarretar à Administração.

8.7 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto no item 8 acima, não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório, e portanto não eximem o fornecedor de reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração de cancelamento do pacto em apreço.

8.8 - A CONTRATADA é responsável direta e exclusivamente pela prestação objeto do contrato, de acordo com o prescrito no Anexo I do Edital do Processo Administrativo Eletrônico – Protocolo SUP: 01-144.959/2024 - Pregão Eletrônico N.º 003/2024 – CURITIBA S.A, e consequentemente responde, civil e criminalmente por todos os danos que na sua execução venha a provocar, direta ou indiretamente para a CONTRATANTE.

13.0 RESCISÃO 13.1 Aplica-se à presente contratação o disposto nos 173 a 176 do RILC. 13.2 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a perda das condições de habilitação da contratada, poderá ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no RILC e neste instrumento de contrato. 13.3 A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, com a aplicação das penalidades e das consequências cabíveis. 13.4 Sem prejuízo das situações expressamente referidas no presente contrato, constituem motivos a ensejar a rescisão do contrato aqueles previstos no art. 174 do RILC. 13.5 Na hipótese de rescisão contratual em razão de inexecução total ou parcial, a CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE previstos no art. 176 do RILC.

9 - CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO:

9.1 – A execução do objeto do presente Contrato será acompanhada e fiscalizada por setor e gestores especificamente nomeados para tal finalidade, do seguinte modo:

9.1.1 - Checagem rigorosa da conformidade da rede de credenciados oferecida pela Contratada com as exigências postas no Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo) relativas ao produto;

9.1.2 - Acompanhamento dos atendimentos prestados aos beneficiários;

9.1.3 - Acolhimento dos beneficiários e acompanhamento das demandas por eles apresentada ao setor até a solução definitiva, na tentativa de evitar a judicialização;

9.1.4 - Relacionamento direto com a Contratada e intermediação entre o Contratante e a Contratada, visando ao controle de demandas, bem como às melhorias que se fizerem necessárias no curso da execução contratual;

9.1.5 - Acompanhamento de leis e normas administrativas vigentes ou que venham a ser expedidas pelos Órgãos governamentais de controle sobre a matéria, inclusive as decisões emanadas do Poder Judiciário;

9.1.6 - Conferência das faturas, corrigindo eventuais falhas nas informações nelas descritas, de modo a adequá-las efetivamente ao custo contratado;

9.1.7 - Geração de dados estatísticos para estudo e implantação de medidas tendentes a maior eficiência na prestação do serviço;

9.1.8 - Análise e implantação de medidas com vistas ao controle da sinistralidade;

9.1.9 - Outras diversas atribuições que já são desenvolvidas ou que venham a ser necessárias para o regular e eficiente desempenho da execução contratual.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

10.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem as estipulações aqui firmadas:

a) Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2024 e seus Anexos;

b) Proposta datada de __/__/2024 apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados;

10.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

11.1 - O prazo de vigência do presente contrato é de 60 (sessenta) meses, contado a partir da data de sua assinatura pelo Contratante, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR):

12.1 - O controle de qualidade da prestação do serviço ocorrerá com o auxílio de tabela para o acompanhamento de demandas formuladas pelo setor responsável pela gestão do Contrato e também com a utilização do Instrumento de Medição de Resultado, de acordo com a tabela constante da planilha anexa ao Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA MATRIZ DE ANÁLISE DE RISCOS:

13.1 A Matriz de Alocação de Riscos está demonstrada na planilha anexa ao Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS:

14.1 - A presente Cláusula tem por objeto atender aos dispositivos consignados na Lei nº 13.709/2018.

14.2 – DOS AGENTES DE TRATAMENTO:

14.2.1 - Para efeitos de proteção dos dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato o Contratante e a Contratada assumem as obrigações de controladores de dados, na forma de controladoria conjunta, dada a convergência das finalidades do tratamento de dados pessoais no âmbito contratual.

14.3 – DAS OBRIGAÇÕES:

14.3.1 - As Partes obrigam-se a tratar os dados pessoais coletados de acordo com a legislação vigente aplicável, incluindo, mas não se limitando, a Lei nº 13.709/2018, a Lei nº 12.965/2014 e o Decreto nº 8.771/2016 (Marco Civil da Internet), no que couber.

14.3.2 – Ficam as Partes obrigadas a adotar medidas de segurança, técnicas e organizacionais apropriadas contra o tratamento de dados não autorizado ou ilegal, a perda, a destruição acidental ou eventuais danos aos dados pessoais, incluindo as medidas estabelecidas em Políticas de Privacidade compatíveis com os ditames da lei (artigo 46, da LGPD).

14.3.3 – As partes garantem que:

a) o tratamento de dados pessoais será feito conforme as hipóteses previstas nos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

b) o tratamento de dados pessoais será limitado às atividades necessárias ao alcance das finalidades da contratação, vedado às partes a utilização e/ou o compartilhamento dos dados pessoais para

finalidade diversa, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal (artigo 6º incisos I, II e III, artigo 7º, § 3º da LGPD).

c) o eventual compartilhamento dos dados pessoais com outras empresas ou pessoas, na forma acima, deve se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual ou conforme as hipóteses previstas nos arts. 7º, 11, 14 e/ou 23 da Lei 13.709/2018.

d) será mantido registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizam para a execução deste contrato. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE, sempre que solicitado, toda informação e documentação necessárias para demonstrar cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato ou na legislação pertinente.

14.3.4 - A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados, servidores e/ou colaboradores acerca das obrigações e condições acordadas neste instrumento contratual, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujas regras deverão ser aplicadas ao tratamento dos dados pessoais por eles realizados. A CONTRATADA responsabiliza-se por eventuais descumprimentos.

14.3.5 - A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE relativos aos dados pessoais, em caso de desligamento do empregado, servidor e/ou colaborador das atividades inerentes à execução deste Contrato.

14.3.6 - As Partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares, nos termos previstos na LGPD e na legislação de regência, e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, do Ministério Público, Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e demais órgãos de controle.

14.3.7 - A CONTRATADA deverá comunicar por escrito ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer incidente que implique risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais, apresentando as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD, cabendo ao CONTRATANTE as demais obrigações de comunicação previstas no referido artigo.

a) A CONTRATADA poderá enviar informações de forma gradual somente no caso em que não disponha imediatamente de todas as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD.

14.3.8 - Em caso de subcontratação, a CONTRATADA garante a assunção das obrigações referentes à proteção de dados pessoais pela subcontratada, devendo os serviços prestados por esta ser executados de acordo com o disposto neste contrato. A CONTRATADA assume responsabilidade administrativa e civil pelos atos por praticados pela subcontratada.

14.4 – DA RESPONSABILIDADE:

14.4.1 - Eventual responsabilidade das Partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e em consonância com as disposições constantes da Seção III, Capítulo VI da LGPD.

14.4.2 - As Partes responderão administrativa e judicialmente se causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares dos dados pessoais tratados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD e à legislação de regência.

14.5 - DO TÉRMINO DO TRATAMENTO:

14.5.1 - Encerrada a vigência do Contrato ou sendo verificado que os dados pessoais deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade, as Partes se comprometem a eliminar todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal, exercício regular de direito ou outra hipótese prevista na LGPD ou na legislação pertinente.

14.5.2 - Na hipótese de ajuizamento de ação trabalhista, as partes estão autorizadas a guardar os dados pessoais até o trânsito em julgado ou, sendo o caso, até a quitação dos valores devidos.

14.5.3 - A eliminação dos dados abrange todas as cópias existentes, em formato digital ou físico.

15 – DA RESCISÃO

15.1 Aplica-se à presente contratação o disposto nos 173 a 176 do RILC.

15.2 - O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a perda das condições de habilitação da contratada, poderá ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no RILC e neste instrumento de contrato.

15.3 - A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, com a aplicação das penalidades e das consequências cabíveis.

15.4 - Sem prejuízo das situações expressamente referidas no presente contrato, constituem motivos a ensejar a rescisão do contrato aqueles previstos no art. 174 do RILC.

15.5 - Na hipótese de rescisão contratual em razão de inexecução total ou parcial, a CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE previstos no art. 176 do RILC

16 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA EXTINÇÃO:

16.1 – A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por extinto, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar extinto o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista no Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A.

16.2 - O Contrato, sem prejuízo das cominações legais nele previstas, poderá ser extinto por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a VI, VIII e IX, da Lei nº 14.133/2021.

16.3 - A extinção mencionada no item anterior será formalmente motivada e assegurados o contraditório e a ampla defesa

17 - DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS ANTICORRUPÇÃO

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A
Rua Barão do Rio Branco, 45 – 7º andar – Centro – Curitiba – Pr
80.010-180 - Fone 41 3221-8800 / 3221-8820
www.curitibasa.com.br

17.1 - Cada Parte declara neste ato que está ciente, conhece e entende os termos da lei anticorrupção brasileira ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente Contrato ("Regras Anticorrupção"), comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção.

17.2 - Cada Parte, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome, se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis. Na execução deste Contrato, nem qualquer das partes, nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção ("Pagamento Proibido"). Um pagamento Proibido não abrange pagamento de despesas razoáveis e de boa-fé, tais como, exemplificativamente, despesas de viagem e hospedagem, que estão diretamente relacionados com a promoção, a explicação, demonstração ou de produtos ou serviços, ou de execução de um contrato com um governo ou suas agências, desde que o pagamento seja permitido pela legislação aplicável.

17.3 - Para os fins da presente Cláusula, cada Parte declara neste ato que:

- (a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção;
- (b) já tem implementado ou se obriga a implementar durante a vigência deste Contrato um programa de conformidade e treinamento razoavelmente eficaz na prevenção e detecção de violações das Regras Anticorrupção e dos requisitos estabelecidos nesta Cláusula;
- (c) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação.

17.4 - Qualquer comprovado descumprimento das Regras Anticorrupção pela Parte infratora, poderá ensejar a rescisão motivada imediata do presente instrumento, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades previstas neste Contrato.

18 - DA CONFIDENCIALIDADE

18.1 - As partes obrigam-se a manter absoluto sigilo sobre quaisquer dados, documentos, informações técnicas, comerciais ou pessoais que venham a ter conhecimento, físicas ou jurídicas, não podendo sob qualquer pretexto, direta ou indiretamente, divulgar, revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento de tais informações a terceiros, ressalvados os casos definidos pela LGPD e pela Lei de Acesso à Informação – LAI.

18.2 - A obrigação de sigilo e confidencialidade prevista neste instrumento subsistirá mesmo após sua vigência, por prazo indeterminado.

19 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS CASOS OMISSOS:

19.1 - Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A. e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

20 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

20.1 – O Contrato poderá ser aditado conforme as disposições no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A.

20.2 – No que se refere à alteração unilateral, mencionada no item anterior, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, sem que isso implique em alterações dos preços cotados.

20.2.1 – As alterações unilaterais, mencionadas no item anterior, não poderão transfigurar o objeto do Contrato.

20.3 – Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos valores devidos pelos serviços prestados.

21 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO:

21.1 - Em conformidade com o disposto no art. 153 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A. o presente instrumento de Contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.

22 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO:

22.1 - Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

Curitiba, _____

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS